

**CENTRO UNIVERSITÁRIO VALE DO CRICARÉ
MESTRADO PROFISSIONAL EM CIÊNCIA,
TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO**

ANA QUÉSIA SOUZA DE ALMEIDA

**A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE CULTURAL DO ALUNO A PARTIR
DA HISTÓRIA DO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE KENNEDY/ES**

SÃO MATEUS-ES

2022

ANA QUÉSIA SOUZA DE ALMEIDA

A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE CULTURAL DO ALUNO A PARTIR
DA HISTÓRIA DO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE KENNEDY/ES

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado Profissional em Ciência, Tecnologia e Educação do Centro Universitário Vale do Cricaré, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. André Luís Lima Nogueira

SÃO MATEUS-ES

2022

Autorizada a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na publicação

Mestrado Profissional em Ciência, Tecnologia e Educação

Centro Universitário Vale do Cricaré – São Mateus – ES

A447c

Almeida, Ana Quésia Souza de.

A construção da identidade cultural do aluno a partir da história do município de Presidente Kennedy/ES / Ana Quésia Souza de Almeida – São Mateus - ES, 2022.

101 f.: il.

Dissertação (Mestrado Profissional em Ciência, Tecnologia e Educação) – Centro Universitário Vale do Cricaré, São Mateus - ES, 2021.

Orientação: prof. Dr. André Luís Lima Nogueira.

1. História local. 2. Identidade cultural. 3. Ensino de história. 4. Ensino fundamental. 5. Presidente Kennedy - ES. I. Nogueira, André Luís Lima. II. Título.

CDD: 372.89

Sidnei Fabio da Glória Lopes, bibliotecário ES-000641/O, CRB 6ª Região – MG e ES

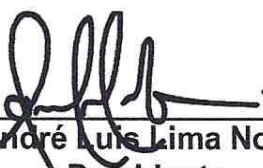
ANA QUÉSIA SOUZA DE ALMEIDA

**A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE CULTURAL DO ALUNO A
PARTIR DA HISTÓRIA DO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE
KENNEDY/ES**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência, Tecnologia e Educação no Centro Universitário Vale Do Cricaré (UNIVC), como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciência, Tecnologia e Educação, na área de concentração Ciência, Tecnologia e Educação.

Aprovado em 31 de agosto de 2022.

COMISSÃO EXAMINADORA



Dr. André Luis Lima Nogueira
Presidente



Dra. Sônia Maria da Costa Barreto
Membro Interno



Dra. Keith Valéria de Oliveira Barbosa
Membro Externo

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus, por ter-me sustentado durante todo o processo de estudo, por cuidar de mim com tanto amor, dando-me condições físicas, psicológicas e emocionais para mais esta etapa da minha vida.

A minha família, por todo apoio e incentivo durante esses meses, principalmente aos meus pais que sempre me encorajaram a estudar e buscar meus sonhos. Que não me deixaram desistir mesmo com as adversidades que apareceram. Que estiveram ao meu lado direta e indiretamente.

As minhas amigas, que entenderam meus momentos de ausência, que respeitaram meus momentos durante esse período de estudo. E, constantemente, estavam me dando forças e palavras de incentivo, fazendo-me a acreditar cada vez mais no meu potencial.

Ao meu orientador, professor e doutor André Luís Lima Nogueira, por sua paciência, maestria, dedicação, compreensão, proficiência e por estar sempre pronto a me atender, dando-me todo suporte que precisei durante a dissertação.

A todo corpo docente do Centro Universitário Vale do Cricaré minha gratidão, por transmitirem seu saber com muito profissionalismo.

Aos professores que, com boa vontade, participaram desta pesquisa, compartilhando seus saberes e suas experiências.

A cada escola que me recebeu tão bem, e sempre solícita a realização da pesquisa. Por fim, a Secretária de Municipal de Educação que oportunizou através do Prodes-PK a cursar o mestrado.

Se o meio social e as condições específicas em que as pessoas vivem estão intimamente relacionadas com o modo como elas percebem a si mesmas, é natural que melhor se identifica uma cultura quando melhor se conhecem suas raízes.

Aldo Vannucchi

RESUMO

A presente pesquisa objetivou analisar como a história local do município de Presidente Kennedy, no Espírito Santo, pode contribuir para a construção da identidade dos alunos, bem como da preservação patrimonial e cultural local. A pesquisadora buscou identificar as possibilidades de inserir e/ou adaptar no currículo de História da rede municipal de ensino uma abordagem acerca da história local, bem como, descrever como essa história local vem sendo abordada nas turmas do 5º ano do ensino fundamental I no município de Presidente Kennedy. A pesquisa partiu de uma análise documental da parte da legislação brasileira acerca de organização curricular e de ensino da História, tais como LDB, PCN's e BNCC. Desse modo, a pesquisa foi de cunho qualitativo e estudo de caso sendo elaborada a fim de buscar soluções para as principais questões levantadas, assim como, assegurar o alcance aos objetivos propostos. Também foi realizada entrevista semiestruturada com professores regentes de três escolas polos das turmas do 5º ano do ensino fundamental I, bem como orientadores pedagógicos e pedagogos da Secretaria Municipal de Educação do município de Presidente Kennedy – ES. Em última etapa (na forma do “produto final”) foi construída uma proposta pedagógica sobre os pontos de destaque do município, que auxiliará os professores no aprofundamento/embasamento teórico para o ensino da história local. Ademais, ficará como roteiro que o professor poderá utilizar em suas aulas, para abordar o tema pesquisado. Espera-se que a presente pesquisa possa não apenas demonstrar a contribuição do estudo da História Local como identidade cultural do município de Presidente Kennedy, mas que também se torne parte integrante de demais estudos sobre a história do município.

Palavras chaves: História local, Identidade cultural, Presidente Kennedy/ES.

ABSTRACT

This research aimed to analyze how the local history of the city of Presidente Kennedy, in Espírito Santo, can contribute to the construction of students' identity, as well as the preservation of local heritage and culture. The researcher sought to identify the possibilities of inserting and/or adapting an approach to local history in the history curriculum of the municipal education network, as well as describing how this local history has been approached in the 5th grade classes of elementary school I in the municipality of Presidente Kennedy. The research started from a documental analysis of the Brazilian legislation about curricular organization and teaching of History, such as LDB, PCN's and BNCC. Thus, the research was qualitative and a case study being prepared in order to seek solutions to the main issues raised, as well as to ensure the achievement of the proposed objectives. A semi-structured interview was also carried out with regent teachers from three core schools of the 5th grade of elementary school classes, as well as pedagogical advisors and pedagogues from the Municipal Department of Education in the city of Presidente Kennedy-ES. In the last stage (in the form of the "final product"), a pedagogical proposal was built on the highlights of the municipality, which will teachers in deepening/theoretical basis for teaching local history. In addition, it will remain as a script that the teacher can use in their classes, to address the researched topic. It is hoped that this research can not only demonstrate the contribution of the study of Local History as a cultural identity of the city of Presidente Kennedy, but that it also becomes an integral part of other studies on the history of the city.

Keywords: Local History, Cultural Identity, Presidente Kennedy/ES.

LISTA DE SIGLAS

BNCC - Base Nacional Comum Curricular

BDTD - Biblioteca Nacional Brasileira de Dissertações e Teses

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

EJA - Educação de Jovens e Adultos

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MEC - Ministério da Educação

MNU - Movimento Negro Unificado

PCN's - Parâmetros Curriculares Nacionais

PNE - Plano Nacional de Educação

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
2 REFERENCIAL TEÓRICO	15
2.1 ENSINO DE HISTÓRIA E HISTÓRIA LOCAL: ARGUMENTAÇÕES.....	15
2.2 BASES LEGAIS QUE FUNDAMENTAM O ENSINO DA HISTÓRIA E SUA APROXIMAÇÃO COM A HISTÓRIA LOCAL	20
2.3 A BNCC E A HISTÓRIA	23
2.4 O ENSINO DA HISTÓRIA LOCAL	26
2.5 A EDUCAÇÃO NO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE KENNEDY/ES.....	31
3 METODOLOGIA	35
3.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA	35
3.2 LOCAL, SUJEITOS, MÉTODOS E MATERIAIS PARA A PRODUÇÃO DE DADOS	36
3.3 ELABORAÇÃO DO PRODUTO FINAL DA PESQUISA	37
4 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DE DADOS	39
4.1 A CARACTERIZAÇÃO DAS ESCOLAS DE PESQUISA.....	40
4.2 AVALIANDO O PERFIL DOS SUJEITOS DE PESQUISA	48
4.3 A COMPREENSÃO DOS PROFESSORES EM RELAÇÃO À HISTÓRIA LOCAL	50
CONSIDERAÇÕES FINAIS	61
REFERÊNCIAS	64
APÊNDICES	68
APÊNDICE I – TERMO DE AUTORIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO COPARTICIPANTE	68
APÊNDICE II – ROTEIRO DE ENTREVISTA	69
APÊNDICE III – PRODUTO FINAL	71
APÊNDICE IV – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP.....	97

1 INTRODUÇÃO

A presente dissertação tem como objeto de estudo principal a construção da identidade do aluno a partir da história do município de Presidente Kennedy, localizado no sul do estado do Espírito Santo. Utilizar a história local como ferramenta para que o estudante se veja como sujeito histórico no meio ao qual está inserido possibilita a construção de parte da sua identidade cultural. Dessa forma, o ensino da disciplina oportunizará discussões onde seu lugar social seja origem de experiências históricas, estimulando a ligação das situações do dia a dia com o passado.

É importante ressaltar que o estudo busca discutir e possibilitar – por meio de seu produto final – mecanismos para que os discentes conheçam de modo mais adensado a sua história local como forma de valorização cultural, preservação da memória, compreensão do processo de formação histórica e desenvolvimento de argumentação e criticidade. Haja vista que um dos objetivos da Base Nacional Comum Curricular¹ é possibilitar ao aluno resolver problemas cotidianos, tornando-se protagonista do processo de ensino - aprendizagem.

Assim, a pesquisa versa sobre a importância da educação para a formação do indivíduo completo, visto que o ambiente escolar propicia uma construção desse ser social e crítico capaz de elucidar as mudanças recorrentes no mundo contemporâneo.

Minha² vivência na educação iniciou-se no ano de 2013, trabalhando na Prefeitura Municipal de Presidente Kennedy como professora de educação especial e alfabetização. Durante os anos de docência sempre me questioneei sobre a importância da educação e como ela tem o poder de transformar vidas.

Minhas experiências me instigaram a todo o momento a buscar respostas para questionamentos relacionados à forma de ensino, e o que poderia ser feito para auxiliar o aluno no processo de ensino-aprendizagem. Sempre gostei de estudar, existia o desejo de me especializar e ingressar no mestrado, entretanto me sentia insegura ainda para esse processo.

¹ A Base Nacional Comum Curricular é um documento normativo que define o conjunto de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica. Seu principal objetivo é ser a balizadora da qualidade da educação no País por meio do estabelecimento de um patamar de aprendizagem e desenvolvimento a que todos os alunos têm direito (BRASIL, 2018).

² Em algumas partes do texto, utilizo a primeira pessoa do singular para elucidar minha formação e experiência profissional.

Em 2017 ingressei no curso de História, no Centro Universitário São Camilo, a vivência com os professores despertou um desejo de me tornar uma professora/pesquisadora, amadurecendo o desejo de ingressar no mestrado. A partir dos estudos e discussões em sala de aula com meus professores, observei o quanto a história local é importante para a formação do aluno. Nesse momento, já no mestrado tenho perspectivas de conhecer e me apropriar de temas que considero relevantes para minha caminhada profissional, sendo assim, desempenhar um papel transformador na vida dos meus alunos, passando conhecimento e fortalecendo a construção cultural e social dos meus educandos.

Dessa maneira, os meus questionamentos sobre os “usos” da história local foram o ponto de partida para notar que os alunos do meu município têm pouco conhecimento da mesma, além do fator de ter poucos materiais de estudo no município e o assunto ser pouco trabalhado em sala de aula. Além disso, outro fator que me chamou a atenção foi os alunos não se identificarem com a memória/história do município. A partir dessas observações e inquietações preliminares surge a questão problema que motiva a realização desta pesquisa: “Como a história do município de Presidente Kennedy/ES pode contribuir para construção de identidade cultural dos alunos do 5º ano do ensino fundamental I? ”

Assim sendo, o trabalho tem por objetivo geral: analisar como a história local do município de Presidente Kennedy/ES pode contribuir para a construção da identidade dos alunos, bem como da preservação patrimonial e cultural local.

Concorrem com os seguintes objetivos específicos: identificar as possibilidades de inserir e/ou adaptar no currículo de História da rede municipal de ensino uma abordagem acerca da história local; relatar como essa história local vem sendo abordada nas turmas do 5º ano do ensino fundamental I no município de Presidente Kennedy/ES; produzir uma proposta de inserção do ensino da história local para a construção da memória histórica à Secretaria de Educação do município respeitando a legislação, documentos normativos e o currículo escolar.

Diante do questionamento da construção de identidade por meio da história local, faz-se necessário uma digressão para tratarmos, ainda que de modo generalizado, de como o ensino da História vem caminhando durante os anos.

A História passou por muitas modificações ao longo do tempo, especialmente na segunda metade do século XX (ainda que no final da década de 1920, a Escola dos Annales tenha sido basilar nesse processo) e com significativas diferenças

contextuais. Nessa perspectiva, foi necessário repensar nos métodos e práticas de ensino da História, para mudar a forma do professor de ensinar os conteúdos. Dessa forma, entre outros vetores, há uma preocupação em transformar a maneira do aluno olhar o espaço no qual está inserido. Ademais, ele teria uma concepção crítica do meio social, e deixaria de ser um ser passivo, tornando-se um ser ativo na sociedade.

Destarte, ao longo dos anos, as concepções sobre o ensino da História permitiram novas abordagens, conforme apregoam Azevedo e Stamatto (2010, p. 709), “[...] busca problematizar a relação passado-presente e, em geral, tomam a realidade do aluno como ponto de partida”. Assim sendo, faz uma inserção ao passado ligado ao meio em que vive, partindo da relevância do assunto abordado.

Dentro da perspectiva dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) (1997) pode-se perceber, igualmente, a valorização de um modelo de ensino e aprendizagem da História com objetivos voltados para o cotidiano do aluno:

O ensino e a aprendizagem da História estão voltados, inicialmente, para atividades em que os alunos possam compreender as semelhanças e as diferenças, as permanências e as transformações no modo de vida social, cultural e econômico de sua localidade, no presente e no passado, mediante a leitura de diferentes obras humanas (BRASIL, 1997, p. 47).

A partir de sua vivência com o saber histórico, o aluno compreende melhor a transformação social que acontece ao seu redor. Desse modo, o seu olhar sobre os acontecimentos muda, adquirindo uma forma mais minuciosa de analisar os acontecimentos de permanência e rupturas que ao longo dos anos fazem parte do ensino da História. Ainda de acordo com os PCNs:

[...] A preocupação com os estudos de história local é a de que os alunos ampliem a capacidade de observar o seu entorno para a compreensão de relações sociais e econômicas existentes no seu próprio tempo e reconheçam a presença de outros tempos no seu dia-a-dia (BRASIL, 1997, p. 40).

Assim, oportuniza ao aluno um conhecimento amplo do espaço onde vive e leva-o a compreender as mudanças que aconteceram ao longo da história, estabelecendo relação mais facilmente inteligível do seu cotidiano com o passado para que, dessa forma, entenda que faz parte desse local, bem como de suas mudanças, lutas, formas de ocupação humanas e construção de memória.

A partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB - de 1996 e dos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN’s – (1997) existem propostas que visam abordar o cotidiano do aluno dentro da sala de aula, trazendo os conteúdos para a

sua realidade. Atualmente, a BNCC (2018) é um dos documentos que norteia os parâmetros educacionais e propõe como objetivos de História que o ensino fundamental estimule a autonomia de pensamento e capacidade dos estudantes em identificar como os indivíduos agem de acordo com sua época e o lugar nos quais vive, como forma de preservação cultural.

Dessa forma, utiliza uma temática voltada para a diversidade cultural e a valorização da história local, no conhecimento histórico, na formação da memória, seja ela individual ou coletiva, pois essa percepção auxiliará na construção da identidade e na identificação ao grupo que pertence.

É fundamental compreender a educação como parte importante no processo de construção social. Em consonância com Martins (2005), “educar” possui abrangência semântica de criar, nutrir e fazer crescer. Em suma, afirma que educação significaria “trazer à luz a ideia”, fazendo a criança passar ou “da” virtualidade à realidade.

Nesse contexto, a “educação” – em sentido amplo – é definida como o ato de educar, consistindo em ser a maneira como se transfere para as futuras gerações de uma determinada localidade, etnia, os hábitos, costumes e valores de uma sociedade. Como a educação pode ser considerada como a transmissão cultural de todas as sociedades, não há como fugir do processo educacional e o primeiro contato que o indivíduo possui com o educar, no contexto de ser educado, é referente à realidade na sua regionalidade.

A formação cidadã do discente é uma proposta para que ele reconheça e entenda os aspectos culturais/sociais/econômicos que o norteiam e que o projeto de pesquisa foi idealizado, almejando que o discente inserido no ensino fundamental I reconheça sua história e, com isso, entenda de modo mais crítico e dialógico seu “lugar” de pertencimento ao contexto (histórico, no caso aqui analisado) no qual está inserido.

Consoante com essa percepção Santos (2002) avulta que os diferentes aspectos da História do Brasil, em relação à história mundial, nacional e regional, têm ligação com o seu bairro, sua rua e sua sala de aula, elucidando ao aluno sobre o cotidiano dos que ali viveram e com o deles próprio.

Por conseguinte, as conexões entre a história de seu país e a história local estão intimamente correlacionadas à construção identitária e à cultural da criança. Primeiramente, passa por seu convívio familiar, a tudo que seja concreto durante seus

primeiros anos de existência. Porém, esse fato pode ser amplificado a sua vizinhança, comunidade e escola sofrendo modificações com o tempo, destarte, o estudante precisa desenvolver um olhar crítico para as transformações que acontecem com a globalização. Assim sendo, assimilar as particularidades que cada espaço sofre e desenvolver uma consciência histórica e memória individual e coletiva.

Assim, diante do supracitado, a presente pesquisa justifica-se pela necessidade de análise (e possibilidades de diálogo com essa realidade a partir de nosso “produto final”) de como esse aluno do 5º ano do ensino fundamental I conhece a sua história local e a relaciona com o seu cotidiano de forma crítica. Desse modo, visamos ampliar as discussões e, quem sabe contribuir, para a percepção do discente como sujeito participante do lugar onde vive, propiciando uma independência na construção de sua identidade e memória social.

Para a análise aqui pretendida lançamos mão, do ponto de vista teórico-metodológico um estudo nos documentos/leis que norteiam o processo de ensino aprendizagem escolar e proposta curricular do município de Presidente Kennedy/ES, na disciplina de História.

A pesquisa partiu de uma análise documental de parte da legislação brasileira acerca de organização curricular e de ensino da História, tais como LDB (1996), PCN's (1997) e BNCC (2018). Desse modo, a pesquisa foi de cunho qualitativo e estudo de caso sendo elaborada a fim de buscar soluções para as principais questões levantadas, assim como, assegurar o alcance aos objetivos propostos.

A segunda fase da pesquisa aconteceu no âmbito escolar, onde foi realizada uma entrevista semiestruturada com professores regentes de três escolas polos das turmas do 5º ano do ensino fundamental I, bem como orientadores pedagógicos e pedagogos da Secretaria Municipal de Educação do município de Presidente Kennedy – ES.

Em última etapa (na forma do “produto final”) foi construída uma proposta pedagógica sobre os pontos de destaque do município, que auxiliará os professores no aprofundamento/embasamento teórico para o ensino da história local. Ademais, ficará como roteiro que o professor poderá utilizar em suas aulas, para abordar o tema pesquisado.

Dessa forma, o trabalho foi dividido em cinco capítulos. O primeiro capítulo traz a introdução do trabalho, com o objeto de pesquisa, objetivos gerais e específicos e a metodologia adotada nesta pesquisa.

No segundo capítulo apresentamos o referencial teórico que trouxe uma discussão de caráter preliminar e baseada em parte das dissertações, teses e demais produtos acadêmicos consultados na base no banco de teses e dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e no repositório da Biblioteca Nacional Brasileira de Dissertações e Teses (BDTD). Também discussões a respeito das bases legais que fundamentam o ensino de História (PCN) e suas aproximações com a história local, sobre a Base Nacional Comum Curricular e o estudo de História, finalizando com uma abordagem acerca de como parte da literatura trabalha com as práticas de ensino e aprendizagem que valorize o diálogo com a história local.

O terceiro capítulo versou sobre o percurso metodológico, no qual discutimos parte dos conceitos e métodos utilizados para que esta pesquisa se efetive, principalmente, a metodologia atinente aos estudos de caso e ao uso de material empírico de pesquisa com base em entrevistas com uma abordagem de análise de natureza qualitativa.

No quarto capítulo compilamos e analisamos os resultados da pesquisa, tabulando os dados coletados por meio das entrevistas realizadas com os sujeitos da pesquisa e discutindo com base em nosso material empírico e a literatura consultada as percepções e ações pedagógicas envolvendo o trabalho (e a falta dele) acerca dos “usos” da história local do município pesquisado nas salas de aula do 5º ano dos anos iniciais do ensino fundamental.

Por fim, tratamos das considerações finais de nossas análises e apresentamos, em anexo, o produto final (produto educacional) que objetiva facilitar e trazer elementos para as práticas pedagógicas que envolvem a história local do município de Presidente Kennedy, produto que pretendemos, apresentar à Secretaria de Educação do referido município.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico traz uma discussão de caráter preliminar e baseada em parte das dissertações, teses e demais produtos acadêmicos consultados na base no banco de teses e dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e no repositório da Biblioteca Nacional Brasileira de Dissertações e Teses (BDTD).

Também traz discussões a respeito das bases legais que fundamentam o ensino de História (PCN) e suas aproximações com a história local, sobre a (nova) Base Nacional Comum Curricular e o estudo de História, finalizando com uma abordagem acerca de como parte da literatura trabalha com as práticas de ensino e aprendizagem que valorize o diálogo com a história local.

2.1 ENSINO DE HISTÓRIA E HISTÓRIA LOCAL: ARGUMENTAÇÕES

Neste subitem desenvolvemos uma discussão de caráter preliminar e nos baseando em parte das dissertações, teses e demais produtos acadêmicos consultados na base no banco de teses e dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e no repositório da Biblioteca Nacional Brasileira de Dissertações e Teses (BDTD). Com isso, objetivamos discutir e refletir sobre temáticas e possibilidades de análises convergentes (como estudos de caso, por exemplo) com nosso tema de produção, dando especial ênfase ao “uso” da história local para fins de abordagem didática no ensino fundamental I e como tal temática tem sido pensado por diversos autores Brasil afora.

Nesse sentido, a história local é compreendida como uma modalidade de pesquisa e produção (tanto acadêmica como didática) entre os diferentes domínios da História. Nessa perspectiva, ela auxilia na construção de um processo de interpretação sobre a composição histórica dos personagens sociais em seus estilos de vida, métodos esses que se localizam no espaço da construção social e são reconstruídos pelo poder político e econômico. Para nos valermos das palavras de Germinari e Buczenko (2012, p. 128):

A abordagem sobre história local, no que se refere ao ensino de História foi alvo de grande debate entre historiadores no Brasil, que valorizaram esta

abordagem por possibilitar novas visões sobre o processo de aprendizado da História e, a influência do meio em que o aluno e a escola estão inseridos.

Assim, a dissertação de Aragão (2019) sob o título “O ensino da História Local como instrumento para a construção da identidade e o exercício da cidadania”, foi elaborada a partir de debates fomentados na disciplina de “História Local: usos e potencialidades pedagógicas”, do Mestrado Profissional de História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Com o intuito de despertar o interesse dos alunos e instigar sua curiosidade para o aprendizado, foram introduzidos ao conteúdo da disciplina de História temas que envolviam a história local, patrimônio histórico e cultural, bem como, a conservação e utilização da memória na construção do conhecimento histórico pelos alunos. Dessa forma, o autor em seu estudo de caso, propôs aos alunos do 9º ano, da E.E. Dr. Manoel Villaça, uma Oficina Pedagógica na qual os impactos da Segunda Guerra Mundial pudessem ser estudados na História da cidade de Natal.

Dessa forma, foi incentivado que os alunos pesquisassem em diversas fontes, assuntos escolhidos por eles, a respeito do referido período histórico. Posteriormente ao estudo dos materiais pesquisados, foi solicitado aos alunos que construíssem uma narrativa sobre o tema empregando o material selecionado por eles. Isso fez com que compreendessem que a história também é uma narrativa construída a partir da seleção e escolha das fontes usadas por cada um. Foi entendido, também, que na medida em que os alunos criavam relações entre a história global com a história local, assim como entre o passado e o presente, o seu interesse pela disciplina de História aumentava ao mesmo tempo em que conseguiam estabelecer conexões entre os assuntos trabalhados na sala de aula e o seu cotidiano. A história estudada nos livros didáticos, antes tão distante e separada de suas vidas e de seu cotidiano, de repente, tornou-se viva e próxima. Eles se perceberam como sujeitos históricos capazes de manterem ou modificarem a sociedade em que vivem. Assim, essa atividade despertou nos alunos o interesse para a disciplina de História, ao mesmo tempo em que incitou nestes a sensação de pertencimento e autorreconhecimento enquanto sujeitos históricos e cidadãos investidos de uma identidade histórica.

Com uma discussão análoga, Teixeira (2018) traz como objetivo investigar as práticas de ensino de História desenvolvidas nas salas de aula e sugerir estratégias que favorecessem a construção do conhecimento histórico a partir da elaboração de material didático proporcionador de condições para auxiliar o(a) aluno(a) a pensar

historicamente. A autora concluiu que a investigação observando que quase nada tem sido feito nas aulas de história dos anos iniciais para auxiliar o aluno a transitar entre as temporalidades históricas; mediante aulas praticamente automatizadas, as crianças não conseguem estabelecer relações entre sua ação no desenvolvimento da história da humanidade e a construção do processo histórico.

Na dissertação sob o título “O ensino de história local: conhecer para pertencer”, escrita por Siqueira (2020) teve como objetivo analisar o ensino de história local a partir de estudos de experiências em escolas públicas dos municípios de Herveiras e Rio Pardo, no estado do Rio Grande do Sul, com vistas a compreender seu potencial emancipador através da geração de cidadania, relacionada à geração de pertencimento. Para tanto, foram analisados quais os conteúdos de história local são previstos e ensinados aos alunos, verificando-se do 4º ao 9º ano do ensino fundamental, quais e quando os conteúdos de história local são lecionados, e como metodologicamente são abordados pelos professores.

A respectiva autora constatou a necessidade de criar políticas para a valorização da história local e que deve ser percebida pela gestão municipal, cabendo aos municípios elaborar um plano de ensino da História do município, que prime pelo reconhecimento da pesquisa escolar como ponto de partida. Constatou, também, que os gestores não conseguem planejar-se para um projeto em longo prazo relativo às questões culturais e históricas, como de fato são necessárias, especialmente por razões políticas e administrativas. Os gestores são trocados de tempos em tempos e não conseguem se articular para um projeto maior. Nesse sentido, um aspecto que pensamos ser fulcral nesse trabalho e que se aproxima de nossas perspectivas de olhar – daí inclusive a aderência com o produto final que aqui propomos – é uma aproximação e diálogo possíveis entre as ações em sala de aula, no âmbito de nossas práticas pedagógicas, e as ações do poder público que podem aproximar docência e políticas públicas de valorização do patrimônio e da história local.

Mais adiante, será discutido concordando com Siqueira acerca da importância de haver maior mobilização por parte da Secretaria Municipal de Educação no sentido de fomentar as abordagens que possibilitem a valorização da história local, por meio de diferentes estratégias, a exemplo do incentivo à pesquisa e aos conteúdos que contemplem a história local – como proposto no objeto central de produto educacional; dar voz aos membros das comunidades em rodas de conversas, entre outras estratégias de caráter didático e no âmbito das práticas pedagógicas escolares.

Sousa (2015) em sua tese intitulada “Educação popular e ensino de história local: cruzando conceitos e práticas”, buscou analisar a relação entre a história local e a educação popular, constituindo-se como uma prática pedagógica de educação cidadã e crítica, voltada à emancipação dos alunos, considerando-os como sujeitos históricos. A autora constatou que o que os alunos pensam a respeito do ensino de História giram em torno das suas indiferenças em relação à disciplina, visto que a maioria não percebe a relação entre os conteúdos trabalhados e sua realidade ou com a expectativa de vida.

Na dissertação intitulada “Caixa de História local e a construção da identidade dos alunos da Educação de Jovens e Adultos” (2016), Adolfo Eugenio Ferreira Baptista analisou o impacto que o estudo da história local tem sobre a construção da identidade dos alunos da Educação de Jovens e Adultos (EJA) e apresentar duas fichas de atividade e o diário de percurso do professor, materiais que integrarão a caixa de história da cidade de Nova Iguaçu. A caixa de história é um material pedagógico que dialoga com a realidade na qual o aluno está situado, tornando as aulas mais envolventes, levando a construção de saberes e conhecimentos, que contribuam para a sua construção identitária. O foco de sua investigação está voltado para identificar as causas da crise do ensino de História no universo pesquisado e em qual medida o uso de materiais pedagógicos que rompam com o modelo tradicional de aprendizagem histórica, baseado na memorização, pode contribuir para sua superação.

Teve também como objetivo apresentar a aula como uma operação historiográfica na qual é possível romper com um modelo de ensino baseado na memorização e reprodução através da realização de oficinas históricas, nas quais os alunos, a partir do uso de metodologias típicas da pesquisa histórica e da orientação do professor, poderão conhecer e valorizar a história do local no qual vivem e, a partir desse movimento ressignificarem suas identidades. Ao longo da pesquisa o autor buscou identificar alguns dos problemas que impedem a EJA se constituir uma modalidade de ensino capaz de oferecer aos seus sujeitos, alunos e professores, as condições de vivenciarem uma experiência capaz de ressignificar suas identidades.

Igualmente aproximando-se das relações e interfaces entre a história local e a educação popular, com vistas ao olhar crítico, a autonomia e o exercício da cidadania, Debiase (2020), analisa como a escola contribui no processo de ensino e

aprendizagem, a partir dos estudos culturais e discursivos, para a valorização do interculturalismo que constitui o município de Orleans, localizado em Santa Catarina.

A autora realizou um estudo de caso com abordagem qualitativa. Com essa pesquisa ela planejou demonstrar que é possível elaborar conteúdo didático, para apropriação de conhecimento, com narrativas de idosos, configurando pelas suas experiências de vida, a história do próprio município, para fortalecer e valorizar a memória, a identidade, a história e o local, elucidando que a escola tem essa responsabilidade. Contudo, ela compreende que os professores necessitam de formação para se apropriarem do conceito e, assim, poderem trabalhar de forma intercultural. Para a autora a importância do interculturalismo é a promoção de uma educação que reconheça o outro por meio de um diálogo entre os diversos grupos sociais e suas respectivas manifestações culturais.

Na dissertação “Nova Prata: história local, educação patrimonial e ensino de História”, escrita por Vacca (2021), traz como problemática: qual a importância da educação patrimonial e da história local no ensino de História das escolas de Nova Prata para a constituição da identidade, da memória e da consciência histórica? Tendo como objetivo contribuir, partindo da relevância da história local e da educação patrimonial no ensino de História, para a promoção de práticas docentes voltadas para a construção da identidade e das memórias locais no contexto escolar. O autor salienta que reconhecer e se apropriar de forma consciente do próprio patrimônio, vendo enquanto parte integrante de sua própria história e da constituição da própria identidade, torna-se um exercício de cidadania e de fortalecimento cultural para os envolvidos no processo educativo. Por fim, ele destaca a certeza de que o estudo não é conclusivo e possibilita novas abordagens.

Assim, ainda que a partir de um levantamento preliminar e que está longe de se pretender ser exaustivo, os trabalhos ora citados dialogam com o presente estudo à medida que encaram a história local como fonte de conhecimento na construção da identidade do aluno, bem como analisam e/ou apresentam uma série de práticas pedagógicas, bem como seus limites e “silêncios” no âmbito das escolas de diferentes segmentos e lugares do Brasil, possibilitando pensar os usos – e limites – da história em escala local, aliás, conforme será discutido adiante, um vetor histórico bastante presente e considerado nas últimas décadas nas leis e diretrizes produzidas pelo Ministério de Educação e Cultura – MEC - a exemplo da LDB (1996), dos PCN's (1997) e, mais atualmente, da BNCC (2018).

2.2 BASES LEGAIS QUE FUNDAMENTAM O ENSINO DA HISTÓRIA E SUA APROXIMAÇÃO COM A HISTÓRIA LOCAL

Em 1997, surgem os Parâmetros Curriculares Nacionais, documento elaborado pelo MEC para nortear e contribuir os currículos escolares e a preparação de proposta na esfera estadual e municipal com a finalidade de assegurar uma educação básica de qualidade para todos os alunos. Assim sendo, “[...] configuram uma proposta flexível, a ser concretizada nas decisões regionais e locais sobre currículos e sobre programas de transformação da realidade educacional” (BRASIL, 1997, p. 13).

De acordo com Macedo Neto (2009, p.10) seguem as proposições dos PCN’s (1997) para a disciplina de História:

A proposta central dos PCN no campo da História é contribuir para a superação da concepção de que o ensino de História deve inculcar valores no sentido da aceitação das desigualdades, assim como superar a visão da História como produto da ação dos grandes vultos e dos heróis (MACEDO NETO, 2009, p. 10).

Norteadas por tal proposta, os PCN’s (1997) delinearão algumas metas para o ensino de História na prática, estabelecendo os conteúdos que devem ser trabalhados em sala de aula na mencionada disciplina escolar, com vistas, conforme observado pelo autor supracitado, a desenvolver no curso da vida escolar dos alunos o senso crítico, possibilidades de leituras de mundo e, sobremaneira, uma vivência calcada na coexistência e no respeito às diferenças existentes em um país de multiplicidade humana e cultural.

Para essa organização foi empregado eixos temáticos, sabendo que no primeiro ciclo, a proposta é “História Local e do Cotidiano” enfocando, preferencialmente, diferentes histórias que pertençam ao local em que o aluno convive dimensionado em distintos tempos.

No segundo ciclo, a proposta traz o eixo “História das organizações populacionais”, enfocando as diferentes histórias que compõem as relações instituídas entre a coletividade local e outras coletividades de outros tempos e espaços. Já no terceiro ciclo o eixo trabalhado é “a História das relações sociais, da cultura e do trabalho”, o qual é norteadas por estudos de relações entre a realidade histórica brasileira, a história da América, da Europa, da África e de outras partes do mundo e no quarto ciclo “História das Representações e das Relações de Poder”,

privilegiando estudos sobre as relações de poder na história brasileira e de outras partes do mundo (BRASIL, 1999, p. 22).

Para Macedo Neto (2009, p. 8) é fundamental avaliar “[...] a proposição de se organizar o ensino de História com base em eixos temáticos é uma evidência da influência das novas tendências historiográficas, especialmente da Nova História Cultural, na compilação do documento”. Assim, fica evidenciado que as propostas dos PCN’s são assinaladas por escolhas e influências historiográficas.

Em relação ao ensino médio, os PCN’s afirmam que “[...] a História para os jovens do Ensino Médio possui condições de ampliar conceitos introduzidos nas séries anteriores do ensino fundamental, contribuindo substantivamente para a construção dos laços de identidade e consolidação da formação da cidadania”. (BRASIL, 1999, p. 2). Com isso em mente, os PCN’s recomendam que a disciplina de História do ensino médio aprofunde o conhecimento das discussões do ensino fundamental e recomenda o eixo “Cidadania: diferenças e desigualdades”, defendendo que “o ensino de História possui objetivos específicos, sendo um dos mais relevantes, o que se relaciona à constituição da noção de identidade” (BRASIL, 1999, p. 22). Este documento discute a perspectiva social, crendo na potencialidade da disciplina de História em cooperar para uma sociedade mais participativa e consciente.

Na intenção de auxiliar o professor na reflexão sobre os pressupostos históricos e pedagógicos de concepções de ensino e sobre as abordagens e conteúdos selecionados para os estudos escolares, apresenta-se, na sequência, um breve histórico da área no Brasil. Esse histórico pretende contribuir para que o professor se posicione diante do ensino de História, especialmente quanto às suas finalidades e possibilidades de transformações (BRASIL, 1998, p.19).

Diante dessa afirmação, percebe-se que a intenção deste documento é sugerir e promover a reflexão de um professor de História sobre os elementos essenciais de sua carreira. As expectativas para os professores desta disciplina e seu papel no processo de ensino são claras no documento em questão. Preferindo aqui os termos e expectativas elaboradas pelos PCN’s:

No processo de aprendizagem, o professor é o principal responsável pela criação das situações de trocas, de estímulo na construção de relações entre o estudado e o vivido, de integração com outras áreas de conhecimento, de possibilidade de acesso dos alunos a novas informações, de confrontos de opiniões, de apoio ao estudante na recriação de suas explicações e de transformação de suas concepções históricas (BRASIL, 1998, p. 40).

A expectativa do MEC é que os professores se tornem os principais agentes do ensino de História e criem situações de aprendizagem, sobretudo no apoio aos alunos na exploração e construção do conhecimento. Os PCN's abrem espaço para intervenções criativas dos professores, pois são pautados pelo diálogo e não se pode esquecer que há muito tempo estão engavetados e escondidos, justamente por seu caráter democrático e inovador no ensino de História.

De acordo com os PCN's, compete ao professor significar o conhecimento aprendido, instituindo conexões com a realidade do aluno, já que “[...] a seu modo, o ensino de História pode favorecer a formação do estudante como cidadão, para que assuma formas de participação social, política e atitudes críticas diante da realidade atual” (BRASIL, 1998, p. 36). Isso se deve, em parte, ao fato de os PCN's questionarem noções consideradas tradicionais das relações de ensino-aprendizado da disciplina, não raro ainda impregnada das narrativas acerca dos “grandes homens” e seus “grandes feitos”, bem como de um tratamento muitas vezes linear e marcado por alto grau de memorização de conteúdos, e afirmarem que as pesquisas no campo da produção do conhecimento histórico nas últimas décadas têm proporcionado novas perspectivas a historiadores, professores e alunos (MACEDO NETO, 2009, p. 8).

Ainda de acordo com Macedo e Neto (2009), ficou evidente que nos anos de 1980 e início dos anos de 1990, as propostas curriculares e o ensino de História passaram por intensas influências das discussões historiográficas e pedagógicas das transformações paradigmáticas no campo da História.

O estudo da história local é de grande relevância para a formação histórica do aluno, pois através desse estudo ele constrói a sua identidade. Para Fonseca (2009, p. 123):

Ensinar e aprender a história local e do cotidiano é parte do processo de (re) construção das identidades individuais e coletivas, fundamental para que os sujeitos possam se situar, compreender e intervir no espaço local em que vivem como cidadãos críticos.

A identidade como componente característico do indivíduo é algo que pode ser construído e reconstruído continuamente. Os processos de interação e comunicação entre os indivíduos e entre o seu ambiente, criam relações de convivência, as quais influenciam a construção da identidade individual e coletiva. Desse modo, a escola sendo um ambiente fixo e constante de convívio contínuo, trabalhando diariamente com alunos que pertencem a diversas realidades, não pode fechar os olhos e

desconsiderar a identidade como uma extensão essencial ao processo de desenvolvimento histórico do aluno.

O local e o cotidiano da criança e do jovem constituem e são constitutivos de importantes dimensões do viver. Podem ser problematizados, tematizados e explorados no dia a dia da sala de aula, com criatividade, a partir de diferentes situações, fontes e linguagens (FONSECA, 2009, p. 125).

Dessa forma, o professor necessita procurar outras referências para que se trabalhe além do livro didático e das fontes tradicionais empregadas como textos informativos, imagens e mapas, proporcionar pesquisa de campo, visitas a locais históricos, além dos recursos tecnológicos disponíveis.

2.3 A BNCC E A HISTÓRIA

De modo recente o currículo da Educação Básica tem passado por intensas modificações, aliás, ainda em curso em função da constituição e aprovação da Base Nacional Comum Curricular – BNCC. Foram realizadas inúmeras leituras até chegar à versão final do documento. Desse modo, no dia 22 de dezembro de 2017, foi designada pela resolução CNE/CP nº 2, sendo deliberada como:

Um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, de modo a que tenham assegurados seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento, em conformidade com o que preceitua o Plano Nacional de Educação (PNE) (BRASIL, 2017, p. 7).

Assim, com a implementação da BNCC (2018), toda matriz curricular das escolas do país, passaram a ser norteadas pelo documento, o qual está desmembrado em competências gerais e específicas de cada área. Na educação básica o documento compreende que as aprendizagens basilares precisam garantir aos alunos o desenvolvimento da competência de realizar dez competências gerais (BRASIL, 2018).

Na disciplina de História, a BNCC (2018) enfatiza amplamente a necessidade de competências de cidadania e identidade, e está alinhada com vida social do aluno. Constituindo isto como um grande salto, já que conforme Caimi (2016, p.90) “[...] avança ao superar a periodização quadripartite da história europeia, eivada de uma

ótica temporal totalizante e de uma ortodoxia cronológica, pautada pela ideia de progresso linear”, ponto que consecutivamente esteve na disciplina de história.

A BNCC (2018) dá grande ênfase à realidade e atuação do aluno no contexto em que vive, tendo como objetivo principal que o aluno aprenda e utilize seus conhecimentos em sua vida social prática. Essas inquietações surgem igualmente na própria concepção das habilidades, visto que este documento norteador versa que:

Habilidades não descrevem ações ou condutas esperadas do professor, nem induzem à opção por abordagens ou metodologias. Essas escolhas estão no âmbito dos currículos e dos projetos pedagógicos, que, como já mencionado, devem ser adequados a realidade de cada sistema ou rede de ensino e a cada instituição escolar, considerando o contexto e as características dos seus alunos (BRASIL, 2018, p. 28).

Com base nessa constatação, percebemos que as habilidades são práticas que consistem em capacidades desenvolvidas por meio do aprendizado e da construção do conhecimento histórico em sala de aula que deve integrar a ação do aluno no mundo.

A BNCC (2018) abrange muitos aspectos do ensino de História e da produção do conhecimento histórico nas escolas, esperando que:

História não emerge como um dado ou um acidente que tudo explica: ela é a correlação de forças, de enfrentamentos e da batalha para a produção de sentidos e significados, que são constantemente reinterpretados por diferentes grupos sociais e suas demandas – o que, conseqüentemente, suscita outras questões e discussões (BRASIL, 2018, p. 397).

Guiada por tal visão, enfatizando e legitimando a natureza criativa e dinâmica da história e do conhecimento histórico, a BNCC (2018, p. 398) discute as muitas posturas necessárias para o estudo bem-sucedido e satisfatório na disciplina de História, defendendo que “[...] docentes e discentes poderão desempenhar o papel de agentes do processo de ensino e aprendizagem, assumindo, ambos, uma atitude historiadora diante dos conteúdos propostos”. Assim, confirma a visão de que o conhecimento histórico escolar é produzido e desenvolvido no processo de ensino e aprendizagem de história.

Na BNCC (2018), a História não é vista como estática, pronta e acabada, mas como produto de relações, ações, atitudes e gestos, daí a valorização de diferentes contribuições culturais e da agência de diferentes personagens, bem como certa possibilidade de revisão em uma abordagem de caráter linear dos conteúdos históricos e suas múltiplas temporalidades.

Por isso, ressalta-se que a “[...] utilização de objetos materiais pode auxiliar o professor e os alunos a colocar em questão o significado das coisas do mundo, estimulando a produção do conhecimento histórico em âmbito escolar” (BRASIL, 2018, p. 398). Essa visão parte do pressuposto de que o conhecimento é construído e redesenhado pelo professor e pelo aluno, e para isso são necessários elementos que auxiliem nesse processo.

A BNCC (2018), traçando as competências e habilidades que, em última instância, permeiam o conteúdo histórico a ser estudado na disciplina de História na Educação Básica, constrói certas responsabilidades e compromissos para o ensino desta disciplina, destacando seu papel crítico como disciplina e sua responsabilidade de construir conhecimentos relacionados à realidade e questões culturais, sociais e políticas. Assim,

Espera-se que o conhecimento histórico seja tratado como uma forma de pensar, entre várias; uma forma de indagar sobre as coisas do passado e do presente, de construir explicações, desvendar significados, compor e decompor interpretações, em movimento contínuo ao longo do tempo e do espaço. Enfim, trata-se de transformar a história em ferramenta a serviço de um discernimento maior sobre as experiências humanas e as sociedades em que se vive (BRASIL, 2018, p. 401).

Desse ponto de vista, percebe-se a natureza de pesquisa, curiosidade e dinamismo que a BNCC (2018) atribui à disciplina de História, o que fica evidente ao definir os objetivos de aprendizagem para a referida disciplina. A História é vista como uma disciplina responsável por gerar conhecimento social e intelectualmente envolvido nos problemas sociais atuais. Dessa forma, a BNCC (2018) faz eco às percepções de Caimi (2016, p. 87), ao afirmar que:

A História é um campo privilegiado em que as discussões curriculares incidem fortemente sobre as demandas sociais, uma vez que se trata de disputas pela memória coletiva, de operações históricas que dão visibilidade a diferentes posições enunciativas e pontos de vista sobre o passado e, conseqüentemente, sobre o tempo presente.

Assim, compreende-se que o currículo do ensino de História estimula as questões e anseios do mundo e da condição social. Isso ajuda a evitar o equívoco da História como conhecimento e disciplina presos no passado.

Por outro lado, não se pode perder de vista que a recente Base Nacional Comum Curricular (2018) que o MEC pretende possuir âmbito nacional nasceu igualmente, permeada por críticas e olhares desconfiados daqueles que refletem o

ensino da História. Nesse sentido, conforme argumenta Pereira (2017), na terceira versão deste documento as aulas se parecem como um micro laboratório da história profissional, estando descritos, na introdução do documento, estruturas de produção de conhecimento, os quais não dialogam com a memória, com os conhecimentos dos alunos, com assuntos a respeito da comunidade em que vivem, o conhecimento e a experiência dos professores.

A História como componente curricular tem seu lugar garantido na BNCC (2018), porém, é intensamente marcada pela deficiência de referenciais teóricos e metodológicos claros que orientaram sua elaboração. Entende-se que tal documento, traz em seu texto um empobrecimento teórico, assinalado pela instituição de conceitos sem reflexão crítica.

2.4 O ENSINO DA HISTÓRIA LOCAL

É verdade que não podemos internalizar toda a história, mas, imaginamos, que todo professor almeje que seus alunos entendam como os processos históricos funcionam ao longo do tempo e, igualmente, desenvolvam curiosidade e as competências necessárias para o desenvolvimento de pesquisas nos quais os alunos se tornem protagonistas de sua formação intelectual, movidos pela autonomia e pelo senso crítico. Por meio da compreensão desses processos, a história fornece aos alunos uma compreensão do passado, capacidade de “operar” intelectualmente as articulações “passado/presente” “mudanças/permanências”.

O passado quando explorado evidencia potenciais que possibilitam aprendizagem significativa importante aos alunos, especialmente quando se associa ao tempo e ao espaço, do qual essa compreensão temporal se edifica com os acontecimentos históricos, que gradualmente vai se agrupando ao conceito de tempo, avaliando-o ao longo da experiência.

Compreende-se a própria disciplina e suas abordagens didáticas no âmbito da Educação Básica, como um processo de desenvolvimento da imaginação e espírito crítico, com a oportunidade de entender distintos pontos de vista. Independentemente da etapa de escolarização a História colabora para a cidadania, visto que ela consegue conectar o passado com o presente, e também vislumbrar o futuro, já que coloca o sujeito na condição social onde está inserido, norteando sua concepção e atuação em sua vida diária.

O estabelecimento de ensino integrado entre os diferentes níveis de ensino também é um aspecto essencial para o crescimento e autonomia do aluno. Hodiernamente temos um sistema de ensino em nove anos para o ensino fundamental, o qual, teoricamente, deveria ser interligado. Na perspectiva de uma história local, a reciprocidade entre os anos iniciais e finais do ensino fundamental é muito importante, visto que introduziria ao longo da escolarização os princípios da História que são apresentados desde o início do ensino fundamental. Nesse sentido, consideramos aqui as percepções de Cainelli:

O aluno que transita de um sistema para outro inicia praticamente do zero uma nova vida escolar ao terminar o quinto ano, da escola municipal recebe o diploma que o considera apto a adentrar no sistema estadual de ensino no sexto ano e, na nova realidade, encontra um sistema que desconfia de sua formação e realiza diagnósticos para saber seu nível de aprendizagem. Esta relação de desconfiança entre as redes de ensino pode ser percebida nas falas de seus protagonistas alunos e professores (CAINELLI, 2011, p. 129).

Dessa forma, se houvesse uma articulação entre os níveis de escolarização evitaria o que a autora argumentou. O ensino de História não é apenas parte fundamental da compreensão do mundo de hoje por meio da pesquisa e do conhecimento do passado, mas também demonstra os contrastes existentes entre a sociedade e a própria disciplina, desenvolvendo assim a capacidade de analisar criticamente a sociedade.

Ainda seguindo os argumentos da autora, com práticas pedagógicas e abordagens devidamente integradas, a disciplina de História contribuirá para a construção da identidade dos alunos, pois desenvolverá sua capacidade de analisar, sintetizar e compreender as diferenças entre os distintos grupos devido à sua especificidade. Como campo de estudo, o interesse pela história local não é novo, uma vez que muitos pesquisadores já estão trabalhando nessa área.

A abordagem sobre história local, no que se refere ao ensino de História foi alvo de grande debate entre historiadores no Brasil, que valorizaram esta abordagem por possibilitar novas visões sobre o processo de aprendizado da História, e a influência do meio em que o aluno e a escola estão inseridos. Em nosso país, o tema de história local, já foi proposto pelo menos há duas décadas, com diferentes formas de abordagens, sendo que nas décadas de 1970 e 1980, as propostas curriculares foram organizadas em círculos concêntricos, com abordagem dos estudos sociais partindo da realidade mais próxima do aluno. Entre as décadas de 1980 e 1990, predominou-

se a histórica temática, sendo a história local colocada como estratégia pedagógica, para garantir o domínio do conhecimento histórico (GERMINARI, BUCZENKO, 2012, p. 128).

Para Barros (2009), num país que abriga intrinsecamente a possibilidade de contemplar tantos espaços interiores, não só pela diversidade da geografia e da natureza, mas devido à diversidade de escolhas culturais, o "local" como foco do historiador provou ser uma gama extraordinariamente rica de prática e escolha historiográfica.

O autor assegura que “toda história é local” na medida em que sua prática ocorre em um local – seja uma metrópole como São Paulo ou Rio de Janeiro, seja a partir de um lugar pequeno, seja de um local que não tenha referência alguma, e deveria ser mais bem definido em termos de locais de produção mais integrados ao campo.

Para além da perspectiva dos protagonistas de que a história local permite abordar determinados espaços, outro ponto interessante de enfoque desta área é a sua possibilidade de comunicação com outras áreas da História, tal qual idealiza Barros (2009, p. 5 grifos do autor), quando ele salienta que:

O “lugar”, na História Local, não se relaciona apenas à dimensão local dentro da qual se produz o trabalho do próprio historiador; aqui, o “local” é trazido para uma posição importante no palco da análise historiográfica. Nada impede que esta mesma “história local” –esta história cujo historiador considerou importante chamar de “local” em virtude da centralidade que o “lugar” ocupa na sua análise historiográfica –seja também ela uma História Cultural, uma História Política ou uma História Econômica, ou inúmeras outras modalidades.

Lidar com assuntos do cotidiano atrelando a história de vida dos alunos tem permitido oportunizar essas experiências na sociedade de maneira a gerar uma integração de história pessoal com uma história coletiva. Deve-se notar que o estudo dos lugares e da vida cotidiana não pode ser reduzido a uma simplificação da história. Discutindo a história da vida cotidiana e privada, Priore (1997, p. 271 grifos do autor) afirma:

Quando falamos de “história”, pensamos imediatamente em um processo específico de afirmação através do qual um fenômeno ou uma prática se inscrevem no tempo e produzem uma natureza própria. Quando falamos de “cotidiano”, temos de desvendar o que recobre este conceito: o estudo das sociabilidades? A análise de situações e “histórias de vida” com sua bagagem sociolinguística? A etnografia e a antropologia da vida material? Uma enorme série de campos espaço-temporais e relacionais parece querer estilhar

esse objeto histórico numa pluralidade de temas problemáticos, bem como de complexos instrumentos de análises.

O estudo “do lugar”, em certa medida, foca-se nas situações que surgem no cotidiano, com o objetivo de discutir as tensões que existem diariamente. Nos espaços do dia a dia nos encontramos com espaços de memórias, onde os sujeitos arquitetam suas identidades, constituindo uma relação entre a comunidade local e o passado, atribuindo valor a este passado na sua relação com o tempo presente (SILVA, 2016). Assim,

A história local geralmente se liga a história do cotidiano ao fazer das pessoas comuns participantes de uma história aparentemente desprovida de importância e estabelecer relações entre os grupos sociais de condições diversas que participaram de entrecruzamentos de histórias, tanto no presente como no passado (BITTENCOURT, 2004, p. 168).

Dessa forma, o trabalho didático/pedagógico e as histórias locais, são capazes de oportunizar o acesso ao entorno do aluno, as narrativas, as fontes, para a abrangência histórica do seu mundo. Logo, compreende-se que a história local vai muito além de uma redução de escala de análise e nos chama para enfrentamentos, e ainda potencialidades de aprendizagem (MAIA; SOUZA; SÁ, 2021).

Ao considerar a história local como um processo de ensino aprendizagem, é preciso estabelecer e sistematizar as relações com os documentos normativos nas instituições de ensino fundamental como perspectiva de aprendizagem histórica. Dessa forma, a leitura atenta da BNCC (2018, p. 14) revela que:

Reconhecer-se em seu contexto histórico e cultural, comunicar-se, ser criativo, analítico crítico participativo, aberto ao novo, colaborativo, resiliente, produtivo e responsável vai muito além do acúmulo de informação.

A partir deste trecho apresentado no documento, observamos que há uma possibilidade real de desenvolver um trabalho pedagógico em relação à história local, pois a partir dela podemos construir conceitos de reconhecimento e pertencimento ao nosso meio (professores e alunos).

De acordo com Fonseca (2009, p. 96) “[...] somente o ensino de história comprometido com a análise crítica da diversidade da experiência humana pode contribuir para a luta, permanente e fundamental, da sociedade: direitos do homem, democracia e paz”.

O estudo da história local pode revelar com clareza questões envolvendo acontecimentos políticos, crises econômicas e diversas relações socioculturais que

envolvem um espaço social mais amplo do que se imagina, ainda que as contradições da vida social muitas vezes pareçam triviais. Vale ressaltar, no entanto, que eles permitem que pessoas comuns se conectem ao processo histórico e permitam novas compreensões sobre o papel dos indivíduos como sujeitos históricos, questionando a legitimidade que os sujeitos individuais podem construir a história local.

Para Schmidt e Cainelli (2004, p. 112), o uso da história local precisa ser considerado a partir de duas questões:

Em primeiro lugar, é importante observar que uma realidade local contém em si mesma, a chave de sua própria explicação, pois os problemas culturais, políticos, económicos e sociais de uma localidade explicam-se, também, pela relação com outras localidades, outros países e, até mesmo por processos históricos mais amplos. Em segundo lugar, ao propor o ensino de história local como indicador da construção de identidade, não se pode esquecer de que, no atual processo de mundialização, é importante que a construção de identidade tenha marcos de referência relacional, que devem ser conhecidos e situados, como o local, o nacional e o mundial.

Diante dessa afirmação, as autoras ressaltam que a aproximação entre local, nacional e universal acompanha a dinâmica social no contexto da globalização, onde o movimento de pessoas e o fluxo de informações são tão intensos que é possível encontrar países que influenciam a localidade em pontos nacional e universal.

Assim, a articulação do conteúdo da história local com a perspectiva histórica: nacional e universal, apostando na percepção do movimento constante da sociedade, permite desenvolver uma consciência histórica marcada pelo entendimento de que é impossível falar isoladamente dos impactos do mundo. Dessa forma, a tarefa do historiador será lembrar o que está esquecido como uma atividade para preservar a memória e salvar a história local.

Azevedo (2009) destaca a seriedade de pensar o contingente do compartilhamento de valores, sentimentos, ações e pensamentos que propendem gerar a identidade de um determinado lugar:

Identidade é uma construção social e simbólica dinâmica em função de sua permeabilidade em face do contexto. Portanto, as identidades mostram-se móveis porque são contingentes. Constata-se que a identidade de um grupo não está dada de uma vez por todas por uma determinada posição que seus membros ocupam num grupo social, profissional ou organização de qualquer outra natureza. Ela é construída em função de acontecimentos que a nutrem, de circunstâncias que lhe conferem forma (AZEVEDO, 2009, p. 43).

Desse modo, definir a identidade de um lugar em função de sua posição particular exige estabelecer uma relação entre tempo e espaço, o que significa

reconhecer o patrimônio cultural e histórico pertencente aos mais diversos sujeitos sociais daquele lugar.

Além de integrar o indivíduo à sua comunidade, criar sua própria identidade e refletir sobre o significado de sua historicidade, a valorização de lugares e/ou regiões em obras históricas ajuda a reconhecer mais de uma fonte de conhecimento sobre o eixo histórico passado. A elaboração continuada e sistemática do conteúdo histórico local, nacional e mundial exige, portanto, que sejamos capazes de compreender o mundo em que vivemos a partir da compreensão de nossa própria realidade, de encontrar espaços para defender o direito à diferença, mas também de demonstrar elementos culturais específicos de uma determinada sociedade igualmente importantes para o coletivo (VIANA, 2016).

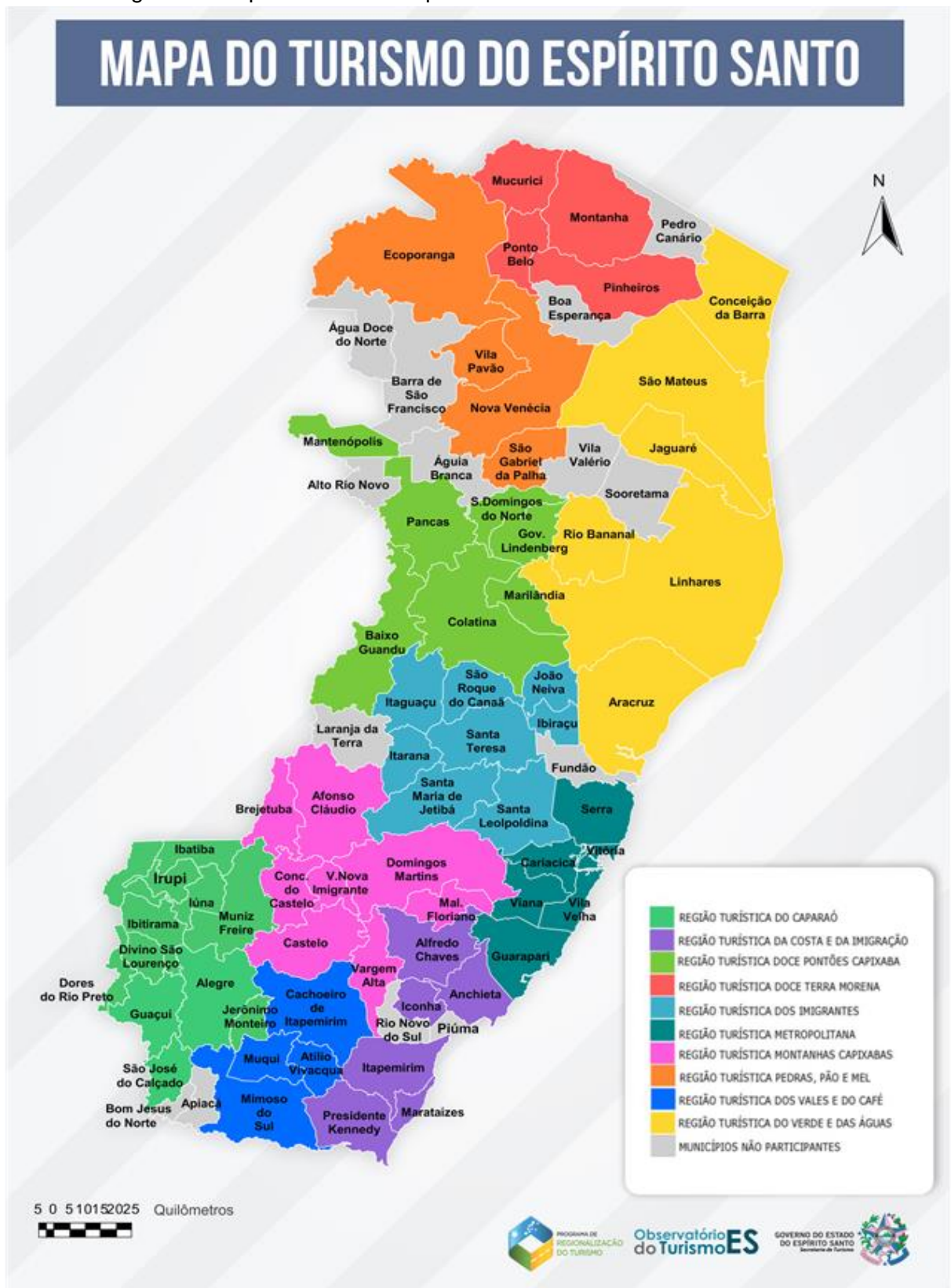
A matéria-prima da história são as relações sociais estabelecidas no transcurso do tempo, ou seja, a história estuda o convívio entre os diferentes grupos sociais, os laços de vinculação da coletividade, as experiências históricas de indivíduos de carne e osso que construíram e reconstruíram suas identidades nos momentos de alegria e de tristeza, de celebração e de conflitos, de dúvidas e certezas (GONTIJO, 2009, p. 45).

Para o autor a identidade é uma estrutura social e simbólica dinâmica, porque tem permeabilidade em face do contexto. Nesse sentido, a identidade de um grupo não parece ser conferida de uma vez por todas pela posição particular que seus membros ocupam na sociedade, grupos profissionais ou organizações de qualquer outra natureza. Ele é construído a partir dos eventos que o nutrem e do ambiente que lhe dá forma.

2.5 A EDUCAÇÃO NO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE KENNEDY/ES

Presidente Kennedy está localizado na costa do Espírito Santo, no sudeste do Brasil. Apresenta uma paisagem recortada por colinas, e os descendentes dos primeiros povoadores viveram, principalmente, ao longo da costa. O território do Espírito Santo se estende por 46.098,571 quilômetros quadrados e é dividido em 78 cidades, incluindo Presidente Kennedy, conforme imagem abaixo:

Figura 1 - Mapa cidades do Espírito Santo



Fonte: Disponível em: <https://www.es.gov.br/Not%C3%Adcia/conheca-o-novo-mapa-do-turismo-do-espirito-santo>.

Presidente Kennedy foi habitada pelos indígenas Botocudos e Puris, e a partir de 1581, com a chegada do padre jesuíta José de Anchieta, a área ocupou um lugar de maior destaque. Entre os anos de 1694 e 1759, foi construída a Igreja de Nossa Senhora das Neves por índios escravizados daquela época.

Em meados de 1702, a área foi legalizada como Fazenda Muribeca, idealizada pelos jesuítas para a criação de gado. Esta fazenda abrange o sul do Espírito Santo e norte do estado do Rio de Janeiro, e é considerada uma parte importante da interação entre as fronteiras do Espírito Santo e do Rio de Janeiro.

Com a expulsão dos jesuítas em 1759, a Fazenda Muribeca foi arrendada, pois decaiu em razão da priorização do trabalho escravo. Em 1963, a cidade se separou de Itapemirim por meio da Lei Estadual 1918, que entrou em vigor em 4 de abril de 1964, e recebeu o nome do presidente norte-americano John F. Kennedy, falecido em 1964.

Em 2000, com a exploração de petróleo, sendo o marco histórico da cidade, torna a cidade uma das mais promissoras do Espírito Santo, na possibilidade de desenvolver atividade econômica. Atualmente, o município tem grande potencial de investimento, mas enfrenta alguns desafios, como a necessidade de transformar a cidade em um polo industrial e turístico, possuindo 11741 moradores, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2021).

Na década de 1970, o respeito à diversidade cultural veio à tona, e movimentos sociais formados por grupos de ONGs "subclasses". Os grupos políticos começaram a ganhar voz, ao apresentarem à Assembleia Nacional o que até então era invisível e reconhecido nacionalmente, abrindo caminhos no contexto social e cívico. Esses caminhos foram possíveis graças às lutas do Movimento Negro Unificado contra a Discriminação Racial, conhecido MNU, na década de 1980, em prol dos direitos dos negros. A imprensa alternativa, jornais, boletins e cartazes relatavam palavras em favor da ordem e denunciavam os maus-tratos e morte de negros (SILVA, 2020).

De acordo com Domingues (2007, p.114):

O nascimento do MNU significou um marco na história do protesto negro do país, porque, entre outros motivos, desenvolveu-se a proposta de unificar a luta de todos os grupos e organizações anti-racistas em escala nacional. O objetivo era fortalecer o poder político do movimento negro.

Esse período ficou marcado o surgimento de novos atores sociais em busca de novas culturas, em que se destacou o respeito à diversidade racial, a generalização

da política social e o combate à pobreza, sendo anunciada em pauta com recomendações mais específicas para os negros, seja na saúde, educação, segurança pública, acesso à terra, mercado de trabalho e promoção cultural. Esses movimentos foram gatilhos onde aconteceram as conquistas de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento de políticas de ação afirmativa para a superação da desigualdade racial.

Para Oliven (2007, p. 30) as políticas afirmativas referem-se a:

Um conjunto de políticas públicas para proteger minorias e grupos que, em uma determinada sociedade, tenham sido discriminados no passado. A ação afirmativa visa remover barreiras, formais e informais, que impeçam o acesso de certos grupos ao mercado de trabalho, universidades e posições de liderança. Em termos práticos, as ações afirmativas incentivam as organizações a agir positivamente a fim de favorecer pessoas de segmentos sociais discriminados a terem oportunidade de ascender a postos de comando.

No município de Presidente Kennedy as comunidades quilombolas, passam por um processo de organização e exigências. Existem alguns aspectos históricos sobre as origens das comunidades, mas o mais narrativo e possivelmente verdadeiro é que as terras quilombolas do município foram doadas a um escravo liberto que serviu bem ao seu senhor ao longo dos anos. Esse escravo alforriado tinha cinco esposas que povoaram as comunidades de Cacimbinha e Boa Esperança, explicando o grau de parentesco entre os habitantes dessas comunidades (SILVA, 2020). Ainda que aqui consideramos a importância fundamental das comunidades quilombolas e da valorização das resistências da população africana e afrodescendente para a percepção cultural, também, do município de Presidente Kennedy, em razão dos limites desta pesquisa não conseguiremos tratar dessa temática de modo mais detalhado, ficando o aprofundamento dessa abordagem para estudos vindouros.

3 METODOLOGIA

Como afirma Lakatos (2003), a presente pesquisa é um método para a investigação de fenômenos e ampliação de conhecimento que leva a reflexão. Nesse caso, fica evidenciado que permite investigar a realidade em busca de novos conhecimentos. Assim, o capítulo foi constituído por: caracterização da pesquisa, local, sujeitos, métodos e materiais para a produção de dados.

3.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

A pesquisa foi pensada para analisar como o estudo da história local do município de Presidente Kennedy pode contribuir para a construção de identidade cultural nos alunos do 5º ano do ensino fundamental I.

Para a concretização do estudo foi realizada a pesquisa documental e estudo de caso. Assim, foram analisadas as práticas pedagógicas dos professores do referido ano e segmento a propósito de sabermos como a temática é, usualmente, tratada em sala de aula, com qual frequência é abordada e contemplando quais disciplinas. Pretendemos, com isso, obter um panorama desta realidade e, a partir daí sugerir novas possibilidades de olhar e possíveis inserções do tema nas novas práticas docentes, especialmente, tendo em vista a produção do produto final que completa a presente dissertação.

Para Gil (2008) a pesquisa documental tem semelhança com a pesquisa bibliográfica, tendo como diferença o caráter das fontes. Ao mesmo tempo em que a pesquisa bibliográfica utiliza fundamentalmente dos dados dos diversos autores a respeito de algum tema, essa pesquisa auxilia-se de materiais que não ganharam ainda um tratamento meticuloso, ou que ainda são capazes de ser recriados conforme os objetivos da pesquisa.

De acordo com Yin (2005) em um estudo de caso, o pesquisador precisa aprender a associar ocorrências do mundo real às necessidades do plano delineado para a coleta de dados; dessa maneira, o pesquisador não domina o espaço da coleta de dados como se poderia dominar ao utilizar outras estratégias de pesquisa.

Assim, o estudo partiu de uma revisão bibliográfica sobre os temas história local, identidade, memória e o ensino da História, além de uma análise documental dos documentos normativos que norteiam a educação brasileira. Nesse momento o

estudo dos referentes textos foi para verificar como as normativas se comportam com a temática do estudo das regionalidades no processo de ensino aprendizagem.

A segunda fase da pesquisa, no âmbito escolar, foi realizada com os docentes. Nessa etapa foram realizadas entrevistas com os professores sobre o ensino da história local através de um roteiro, produzido a partir de questões fechadas e abertas com a finalidade de observar se os docentes possuem conhecimento sobre a história da localidade, e se há material acessível para o ensino em sala de aula, bem como os mesmos lançam mão dessa estratégia de ensino-aprendizagem nas disciplinas que lecionam. O intuito por meio do instrumento de pesquisa percebeu evidências que podem impactar também no trabalho dos docentes, a exemplo de sua formação inicial e continuada, programas de formação continuada que a Secretaria de Educação pode oferecer sobre a temática, inserção desses professores e tempo de trabalho na rede municipal, entre outros vetores.

E a última etapa foi realizada a construção de uma proposta pedagógica sobre os pontos de destaque do município, que auxiliará os alunos para o aprofundamento de seus conhecimentos sobre sua história local. Ademais, ficou como roteiro que o professor pode utilizar em suas aulas, para abordar o tema.

3.2 LOCAL, SUJEITOS, MÉTODOS E MATERIAIS PARA A PRODUÇÃO DE DADOS

A pesquisa ocorreu em três escolas do município de Presidente Kennedy, com professores regentes do 5º ano do ensino fundamental I, bem como, orientadores pedagógicos e pedagogos da Secretaria Municipal de Educação.

A escolha dessas escolas se deu por serem escolas polos, ou seja, são escolas maiores que atendem uma demanda grande de alunos. São instaladas em comunidades estratégicas para que consigam atendê-los. Ou, dito em outras palavras, as escolas aqui escolhidas para a presente pesquisa configuram as principais escolas da rede municipal, bem como em estrutura pelo número de alunos, por isso nossa escolha em torno dessas unidades de ensino, pois se acredita que elas sejam representativas do tipo de trabalho e das relações ensino-aprendizagem engendradas em nosso estudo de caso.

As entrevistas foram realizadas nas três escolas com um total de 16 profissionais, sendo sete professores regentes, ou seja, os professores responsáveis pelas turmas que lecionam as disciplinas (Ciências, Geografia, História, Língua

Portuguesa e Matemática), três professores de Arte, três pedagogos sendo um de cada escola e três pedagogos da Secretaria Municipal de Educação (SEME) que atuam como coordenadores gerais do ensino fundamental I.

Para melhor organizar a pesquisa, a mesma foi dividida em etapas específicas sendo: a primeira sendo exploratória; a segunda através da sistematização na coleta dos dados; a terceira através da entrevista realizada com os sujeitos da pesquisa por meio de um roteiro elaborado pela pesquisadora; e a quarta a análise e interpretação dos dados coletados. Assim, as referidas etapas para a produção da nossa dissertação foram divididas em duas fases.

Na primeira fase foi realizada através da revisão literária e bibliográfica para aprofundar os conhecimentos sobre o tema de pesquisa e promover uma fundamentação teórica a respeito da temática trabalhada.

Na segunda fase foi realizada a entrevista através de roteiro elaborado pela pesquisadora, bem como, a análise, interpretação e discussão dos dados coletados. (APÊNDICE II).

3.3 ELABORAÇÃO DO PRODUTO FINAL DA PESQUISA

Como produto final da pesquisa de mestrado intitulada “A construção da identidade cultural do aluno a partir da história do município de Presidente Kennedy/ES”, foi elaborado um guia educativo buscando apresentar uma proposta de inserção do ensino da história local para a construção da memória histórica à Secretaria de Educação do município respeitando a legislação, documentos normativos e o currículo escolar.

Assim, foi elaborado o guia educativo com o objetivo de propor sugestões para a prática docente do professor, trabalhar a história local do município de Presidente Kennedy, não somente na disciplina de História, mas de forma interdisciplinar nas outras áreas do conhecimento.

É importante ressaltar que o estudo busca discutir e possibilitar – por meio deste guia – mecanismos para que os discentes conheçam de modo mais adensado a sua história local como forma de valorização cultural, preservação da memória, compreensão do processo de formação histórica e desenvolvimento de argumentação e criticidade. Haja vista que um dos objetivos da Base Nacional Comum Curricular

(2018) é possibilitar ao aluno resolver problemas cotidianos, tornando-se protagonista do processo de ensino aprendizagem.

4 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DE DADOS

Para melhor compreender o resultado da pesquisa através dos dados coletados, primeiramente relatamos as principais características de cada escola coletada no Projeto Político Pedagógico. Em seguida, foi apresentado o resultado das entrevistas coletadas com o público-alvo desta pesquisa, bem como a sistematização e análise dos dados coletados para o melhor entendimento da forma com que em nosso estudo de caso, temáticas associadas aos “usos” da história local de Presidente Kennedy são abordadas nas salas de aula da Educação Básica do primeiro segmento do ensino fundamental anos iniciais. Igualmente procuramos dialogar com outros estudos de caso que dialogam com nosso objeto de pesquisa, recorrendo, uma vez mais, a parte da literatura pertinente a essa temática.

Entretanto, antes de começar a caracterizar as escolas que foram analisadas, é necessário situar o nosso espaço mais amplo de pesquisa: o município capixaba de Presidente Kennedy está localizado no litoral Sul do Espírito Santo. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), possuindo cerca de 11.742 habitantes, em um território de 583,932 km². O acesso se dá pela BR-101 Sul, no km 418 sentido Vitória–Campos. No trevo, entre na ES-162, siga 20km até a cidade de Presidente Kennedy, ou pela Rodovia do Sol (ES-060) passando por Marataízes e novamente pegando a ES-162, são 15 km. Ou, ainda, pela RJ-224, sentido à Vitória, que são 21 km. O território de Presidente Kennedy foi desmembrado de Itapemirim com a emancipação em 30 de dezembro de 1963 através da Lei Estadual nº 1918. A lei estadual de criação/fundação da cidade entrou em vigor no dia 4 de abril de 1964, assim conseguindo a sua autonomia administrativa, a chamada emancipação política. A cidade leva esse nome em homenagem ao presidente John F. Kennedy, americano assassinado em 1964.

O percurso histórico da cidade de Presidente Kennedy iniciou-se em 1581 quando o padre jesuíta José de Anchieta chegou por aqui vindo do Rio de Janeiro, construiu uma igreja as margens da fazenda Muribeca, que até então era habitada por índios puris e botocudos. Por volta dos anos de 1694 a 1759, a Igreja Nossa Senhora das Neves foi construída por índios escravizados, nessa época foi trazida a imagem de Nossa Senhora das Neves de Portugal. Atualmente a igreja se configura como o principal patrimônio histórico do município, hoje tombada pelo Conselho Estadual de Cultura é denominada Santuário das Neves. A festa do Santuário das Neves é uma

tradição da Igreja Católica no município que arrasta milhares de fiéis da região e cidades vizinhas.

Em 1702 a Fazenda Muribeca foi legalizada e se tornou uma propriedade para criação de gado, sob a direção dos jesuítas. A fazenda compunha-se da região sul do Espírito Santo e norte do Estado do Rio de Janeiro, o que facilitava a ligação da fronteira Rio de Janeiro/Espírito Santo. Entretanto, em 1759 com a expulsão dos jesuítas, começa o declínio da fazenda por preferir a mão de obra escrava.

Nos anos 2000, a exploração de petróleo foi uma referência histórica para a cidade, que se tornou uma das cidades mais próspera do Espírito Santo em termos de probabilidade de crescimento em relação à atividade econômica. Atualmente, o município tem forte potencial de investimento, mas encontra algumas dificuldades, como a necessidade de transformar a cidade em um lugar turístico e industrial.

4.1 A CARACTERIZAÇÃO DAS ESCOLAS DE PESQUISA

A primeira escola a ser relatada é uma instituição municipal que oferta educação infantil e ensino fundamental I e II, e o público da Educação de Jovens e Adultos do 1º e 2º segmentos, localizada na Rua Projetada s/n – São Salvador no município de Presidente Kennedy, e atende a educandos da comunidade local e adjacentes

A educação infantil e o ensino fundamental I e II obedecem a um mínimo de quatro horas e dez minutos de efetivo trabalho escolar e um intervalo de 20 minutos para o recreio. A EJA obedece a um mínimo de quatro horas de efetivo trabalho escolar e um intervalo de dez minutos para o recreio. A escola atende nos turnos da manhã, tarde e noite.

Tabela 1 - Turmas matutino

Modalidade	Ano	Nº de alunos	Nº de salas
Ensino fundamental II	6º	56	02
Ensino fundamental II	7º	66	03
Ensino fundamental II	8º	69	02
Ensino fundamental II	9º	51	02

Fonte: Projeto Político Pedagógico instituição pesquisada, 2022.

Tabela 2 - Turmas vespertino

Modalidade	Ano	Nº de alunos	Nº de salas
Educação infantil	Pré I	11	01
Educação infantil	Pré I	17	01
Ensino fundamental I	1º	35	02
Ensino fundamental I	2º	22	01
Ensino fundamental I	3º	27	01
Ensino fundamental I	4º	31	01
Ensino fundamental I	5º	29	01

Fonte: Projeto Político Pedagógico instituição pesquisada, 2022.

Tabela 3 - Turmas noturno

Modalidade	Ano	Nº de alunos	Nº de salas
EJA	1ª a 4ª	04	01
EJA	5ª	05	01
EJA	6ª	10	01
EJA	7ª	07	01
EJA	8ª	10	01

Fonte: Projeto Político Pedagógico instituição pesquisada, 2022.

A escola, no ano letivo de 2022, atende aproximadamente 450 alunos divididos em três turnos; e aproximadamente 30 professores. A equipe técnica é composta de um diretor, dois coordenadores de turno, um pedagogo, um auxiliar administrativo, cinco serventes, dois monitores de informática, dois monitores de transportes, um auxiliar de serviços gerais e 13 cuidadores. Além disso, a instituição conta com os funcionários de empresas terceirizadas. Servem a esta escola um porteiro, cinco serventes, quatro vigias patrimoniais, um motorista de furgão, oito motoristas de ônibus e oito monitores de transporte escolar.

O prédio é constituído de oito salas de aula, uma biblioteca utilizada como sala de aula, uma secretaria, uma sala de diretor, uma sala de supervisão, um laboratório de informática, uma sala de coordenação, uma despensa, uma cozinha, área de circulação, um banheiro masculino para alunos, um banheiro adaptado para deficiente físico, um banheiro feminino para alunas, um banheiro masculino para professores, um banheiro feminino para professoras e uma cantina.

A visão da escola é promover um ensino capaz de gerar conhecimentos como instrumentos para a compreensão da realidade e possível intervenção; possibilitar que o aluno seja visto como sujeito ativo, que usa sua experiência e seu conhecimento para resolver problemas; promover uma educação onde o conteúdo estudado ocorra dentro de um contexto que lhe dá sentido e propor atividades pedagógicas de forma a permitir que os alunos elaborem seus próprios conceitos e hipóteses.

Sua missão é oferecer um ensino de qualidade para que o aluno tenha atuação crítica e participação na sociedade, motivados pelos mais altos ideais de altruísmo e solidariedade. Assim, através da proposta ora apresentada e da colaboração coletiva, a respectiva instituição pretende organizar um trabalho pedagógico que possa contribuir para o desenvolvimento de processos de democratização do ensino do país, cumprindo, portanto, sua função social.

A segunda escola pesquisada atende ao público da educação infantil e o ensino fundamental I e II, que tem por visão antes de tudo ser um instrumento ideológico, político, que visa sobretudo, a gestão dos resultados de aprendizagem, através da projeção, da organização e acompanhamento de todo o universo escolar.

O ensino fundamental I da escola supracitada, possui 290 alunos no turno vespertino. O ensino fundamental II teve início no ano de 2014, com apenas duas turmas do 6º ano, atualmente com 260 alunos no matutino de 6º ao 9º ano. A instituição funciona nos turnos diurno e noturno, assim distribuídos:

Tabela 4 - Turno matutino

Modalidade	Ano	Nº de alunos	Nº de salas
Educação infantil	Pré I	28	01
Educação infantil	Pré II	29	01
Ensino fundamental I	1º	29	01
Ensino fundamental II	6º	86	03
Ensino fundamental II	7º	61	02
Ensino fundamental II	8º	88	03
Ensino fundamental II	9º	58	02

Fonte: Projeto Político Pedagógico instituição pesquisada, 2022.

Tabela 5 - Turno vespertino

Modalidade	Ano	Nº de alunos	Nº de salas
Educação infantil	Pré I	30	01
Educação infantil	Pré II	28	01
Ensino fundamental I	1º	56	02
Ensino fundamental II	2º	59	02
Ensino fundamental II	3º	57	02
Ensino fundamental II	4º	59	02
Ensino fundamental II	5º	57	02

Fonte: Projeto Político Pedagógico instituição pesquisada, 2022.

Tabela 6 - Turno noturno

Modalidade	Ano	Nº de alunos	Nº de salas
EJA	1ª a 4ª	04	01
EJA	5ª	05	01
EJA	6ª	10	01
EJA	7ª	07	01
EJA	8ª	10	01

Fonte: Projeto Político Pedagógico instituição pesquisada, 2022.

A escola tem como fundamentação filosófica e pedagógica o desenvolvimento cognitivo do conhecimento. As estruturas são elaboradas e reelaboradas continuamente da ação mental com o meio. O professor é um agente facilitador e desafiador de seus processos de elaboração e o aluno é quem constrói seu próprio conhecimento.

A escola oferece aos alunos da educação básica no nível do ensino fundamental das séries iniciais e finais (1º ao 7º anos), tendo como garantia a estes alunos a igualdade de acesso a uma Base Nacional Comum, legitimando a qualidade da ação pela lógica na diversidade nacional, a base nacional comum e sua parte diversificada deverão integrar-se e tomando paradigma curricular onde os conhecimentos serão articulados ao aspecto da vida cidadã.

Do mesmo modo, a escola valoriza em suas iniciativas as reflexões de Freire (1986) de que aprender a ler não é meramente adquirir um conhecimento do código escrito, mas entender gêneros, textos, temas, intencionalidade e argumentação, aspectos mais amplos, o nosso aluno inserindo-se no mundo do saber global e não apenas adaptando-se a esse universo.

A escola possui uma estrutura física que atende a comunidade escolar local, tendo equipamentos tecnológicos que possibilitam uma educação de qualidade. No espaço físico, existem equipamentos tecnológicos e pedagógicos disponíveis que criam as condições necessárias e apropriadas à dignidade do trabalho dos educadores e demais funcionários da escola.

A instituição tem o desafio de reverter o índice de evasão e reprovação, através de um planejamento em equipe de aulas diversificadas, utiliza adequadamente estes equipamentos disponíveis, tendo como foco a aprendizagem do aluno de forma significativa e contextualizada.

A terceira escola municipal pesquisada atende ao público da educação infantil, ensino fundamental e a EJA, fica localizada à Rua Projetada, s/n, Jaqueira, a clientela reside na zona rural, funcionando nos turnos matutino, vespertino e noturno, visando ao pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania promovendo a formação humana, ética e moral. O aluno é considerado como elemento principal no contexto escolar, tornando-se necessário conhecê-lo nos mais diversos aspectos, para melhor adequação da ação pedagógica.

A educação infantil e o ensino fundamental obedecem a um mínimo de quatro horas e dez minutos de efetivo trabalho escolar e um intervalo de 20 minutos para o

recreio. A EJA obedece a um mínimo de quatro horas e dez minutos de efetivo trabalho escolar e um intervalo de dez minutos para o recreio.

Tabela 7 - Turno matutino

Modalidade	Ano	Nº de alunos	Nº de salas
Ensino fundamental II	6º	91	4
Ensino fundamental II	7º	80	4
Ensino fundamental II	8º	76	4
Ensino fundamental II	9º	93	3

Fonte: Projeto Político Pedagógico instituição pesquisada, 2022.

Tabela 8 - Turno vespertino

Modalidade	Ano	Nº de alunos	Nº de salas
Educação infantil	Pré I	18	01
Educação infantil	Pré II	24	02
Ensino fundamental I	1º	56	02
Ensino fundamental I	2º	42	02
Ensino fundamental I	3º	55	03
Ensino fundamental I	4º	47	02
Ensino fundamental I	5º	50	3

Fonte: Projeto Político Pedagógico instituição pesquisada, 2022.

Tabela 9 - Turno noturno

Modalidade	Ano	Nº de alunos	Nº de salas
EJA	3ª a 4ª	5	01
EJA	5ª	12	01
EJA	6ª	20	01
EJA	7ª	20	01
EJA	8ª	16	01

Fonte: Projeto Político Pedagógico instituição pesquisada, 2022.

A escola, atualmente, é composta de aproximadamente 800 alunos divididos em três turnos; e, além disso, servem a essa instituição escolar, aproximadamente 43 professores. A equipe técnica é composta de um diretor, seis coordenadores de turno, dois pedagogos, quatro auxiliares administrativos, 23 serventes, três motoristas, dois monitores de informática, três monitores de transportes, um auxiliar de serviços gerais e oito cuidadores. Além disso, a instituição conta com os funcionários de empresas terceirizadas. Sendo dois porteiros, cinco banheiristas, quatro vigias patrimoniais, dois motoristas de van, 12 motoristas de ônibus e 12 monitoras de transporte escolar.

A respectiva instituição de ensino exerce uma ação educativa voltada para a formação cidadã dos educandos, enquanto sujeitos do processo ensino - aprendizagem. Numa abordagem educacional de respeito às diferenças individuais e credibilidade nas potencialidades do indivíduo, busca valorizar a capacidade de pesquisa, investigação, avaliação, ao mesmo tempo em que organiza um trabalho

pedagógico voltado para o desenvolvimento da autonomia na busca e elaboração de novas descobertas. Através de atividades conjuntas com os diferentes setores da escola, segmentos sociais e famílias assumem responsabilidades e contribuem para a transformação da escola pública. A postura pedagógica reflete uma prática educativa de compromisso com a sociedade. O esforço de atualizar-se e renovar garantem a qualidade do ensino.

A visão da escola é promover um ensino capaz de gerar conhecimentos como instrumentos para a compreensão da realidade e possível intervenção, possibilitando que o aluno seja visto como sujeito ativo, que usa sua experiência e seu conhecimento para resolver problemas.

Sua missão é oferecer um ensino de qualidade para que o aluno tenha atuação crítica e participação na sociedade, motivados pelos mais altos ideais de altruísmo e solidariedade.

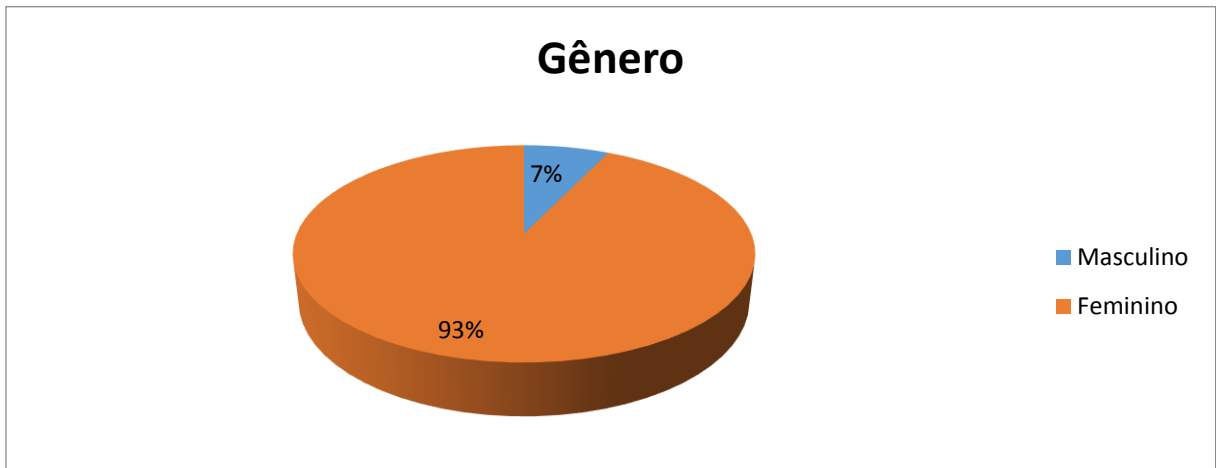
4.2 AVALIANDO O PERFIL DOS SUJEITOS DE PESQUISA

As entrevistas foram realizadas nas três escolas com um total de 16 profissionais, sendo sete professores regentes, ou seja, os professores responsáveis pelas turmas que lecionam as disciplinas (Ciências, Geografia, História, Língua Portuguesa e Matemática), dois professores de Arte, três pedagogos sendo um de cada escola e três pedagogos da Secretaria Municipal de Educação (SEME) que atuam como coordenadores gerais do ensino fundamental I.

Foi realizada a análise do gênero, idade, local de trabalho, nível de escolaridade, regime de trabalho e tempo de serviço de sete professores regentes, dois professores de Artes, dois pedagogos das escolas e dois pedagogos da Secretaria Municipal de Educação do município de Presidente Kennedy. A pesquisadora não conseguiu contato com a pedagoga de uma das escolas pesquisadas e uma pedagoga da SEME.

Na análise do gênero dos entrevistados, de acordo com gráfico 1, apenas um professor regente masculino, seis do feminino, dois professores de Arte feminino, duas pedagogas das escolas feminino e duas pedagogas da SEME feminino.

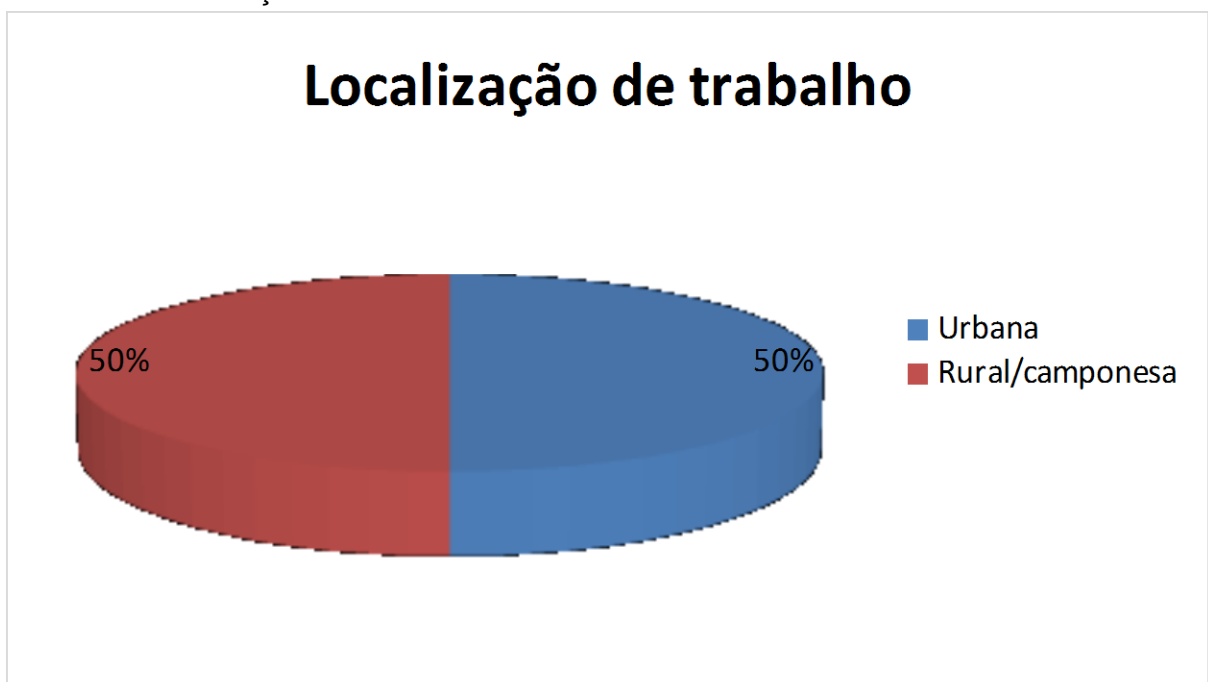
Gráfico 1 - Gênero



Fonte: Dados produzidos pela pesquisadora, 2022.

A segunda questão abordou sobre a localização geográfica que os entrevistados trabalhavam. Dos 14 profissionais entrevistados, 50% trabalham na área urbana e 50% na rural/camponesa.

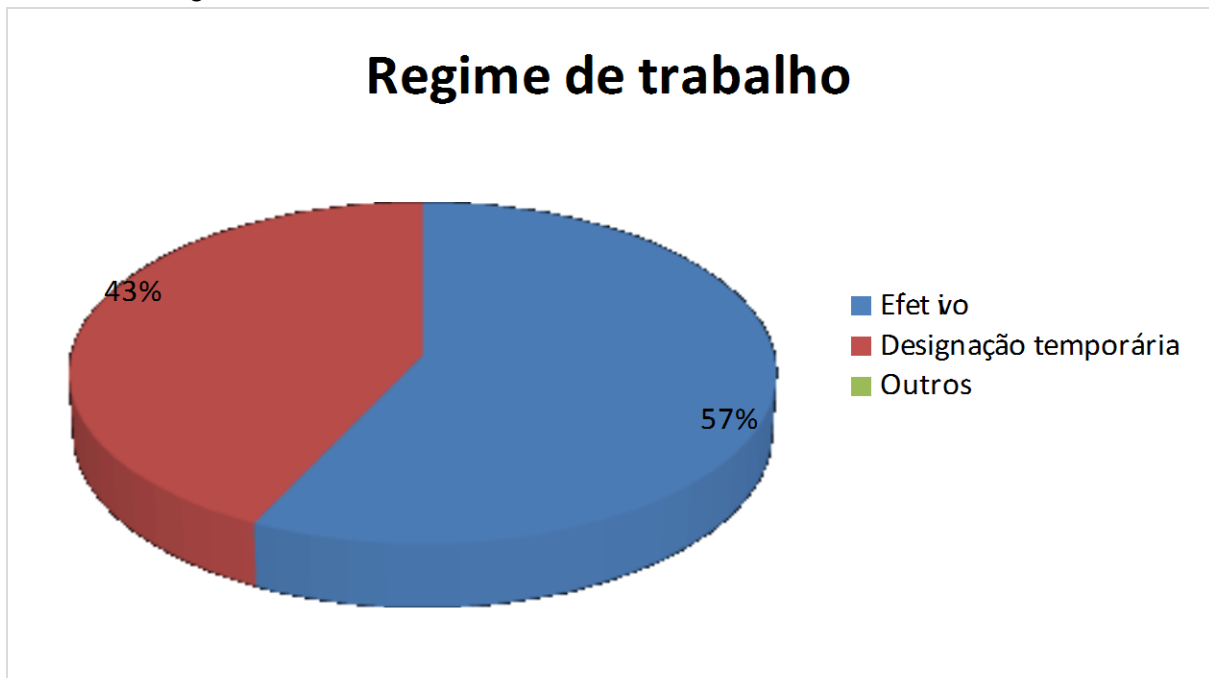
Gráfico 2 - Localização de trabalho



Fonte – Dados da pesquisa (2022)

Outra questão abordada foi em relação ao regime de trabalho. Conforme o gráfico 3, 57% dos profissionais são efetivos e 43% são designados temporariamente.

Gráfico 3 - Regime de trabalho

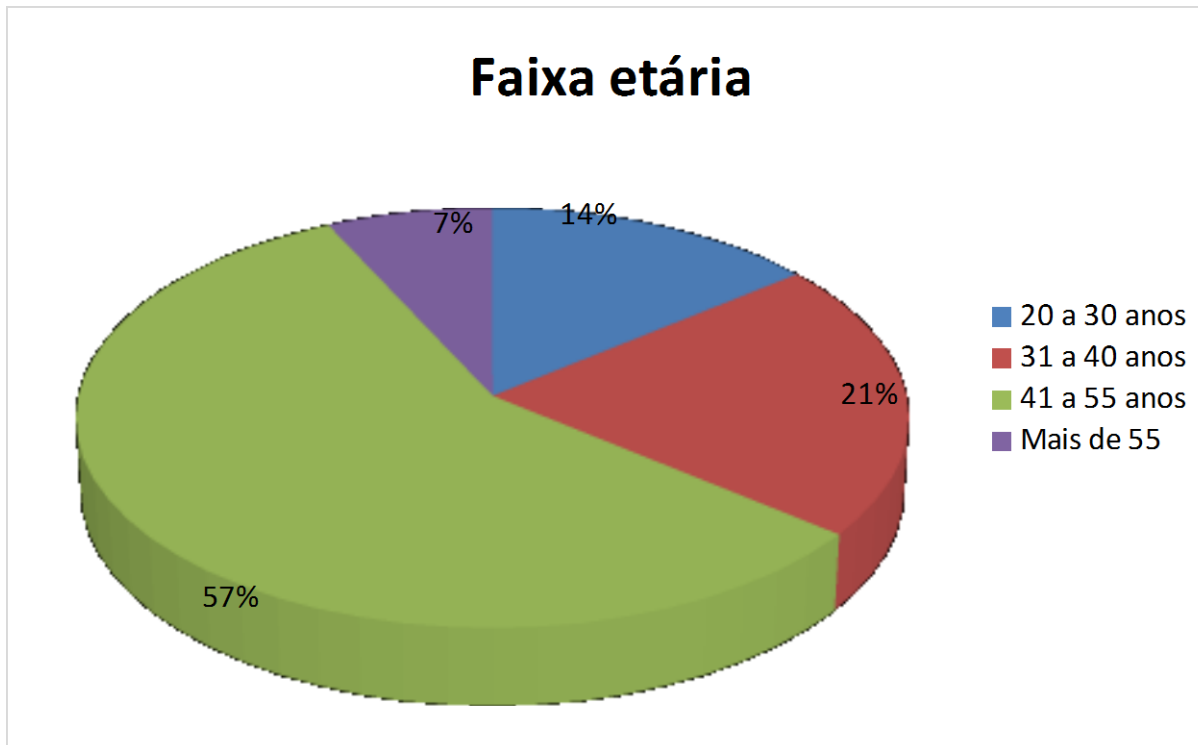


Fonte: Dados produzidos pela pesquisadora, 2022.

Nessa perspectiva, há que se destacar, em nossa amostragem, o número que consideramos bastante expressivo de professores contratados na rede municipal, configurando quase a metade desses profissionais. Assim, podemos presumir que tal quantidade de profissionais não efetivos pode trazer dificuldades no envolvimento com o trabalho, bem como uma volatilidade, sobretudo no que versa sobre os temas relacionados à história (do) local, que podem contribuir com a não realização e/ou continuação dos projetos que envolvam práticas pedagógicas em torno dessa realidade.

Também foi analisado a faixa etária dos entrevistados. De acordo com o gráfico 4, 57% dos profissionais têm idade entre 41 a 55 anos, 22% estão entre 31 a 40 anos, 14% entre 20 a 30 anos e 7% mais de 55 anos.

Gráfico 4 - Faixa etária



Fonte: Dados produzidos pela pesquisadora, 2022.

A próxima questão abordou a respeito do nível de escolaridade dos entrevistados. Conforme o gráfico 5, 57% dos entrevistados têm pós-graduação (lato sensu) e 43% são professores mestres. Nesse sentido, constatamos um nível de formação acadêmica significativo no corpo docente das unidades escolares estudadas. De acordo com o censo de 2021, no estado do Espírito Santo há um total de 97,5% de professores graduados. Foi verificado que a média de professores graduados no Espírito Santo, bem como no município de Presidente Kennedy, ultrapassa a média do país. Outro ponto importante que deve ser ressaltado é o quantitativo de mestres trabalhando na educação do município. Isso se deve ao Programa de Desenvolvimento do Ensino Superior e Técnico, nominado de PRODES/PK, com o objetivo de estimular e viabilizar ao cidadão, que não tem disposição econômica, entrar no ensino superior ou técnico com recursos financeiros proporcionados pelo município.

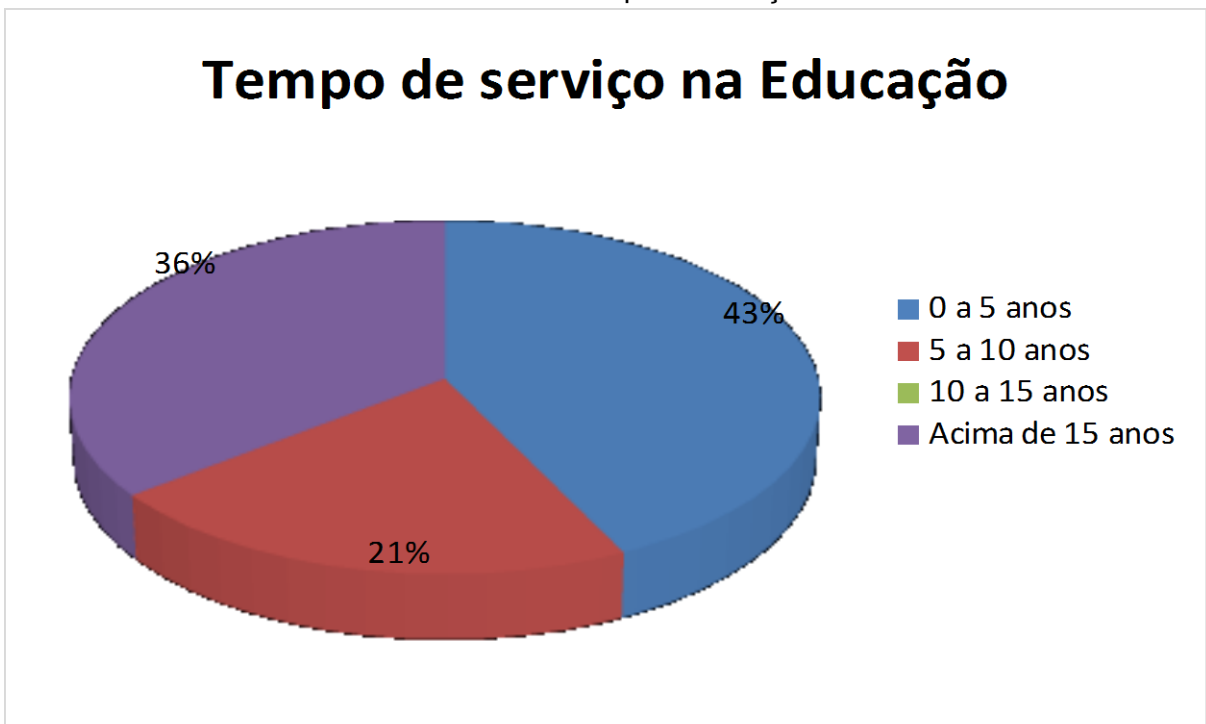
Gráfico 5 - Nível de escolaridade



Fonte: Dados produzidos pela pesquisadora, 2022.

Em seguida foi questionado em relação ao tempo de serviço na educação do município. Observando o gráfico 6, evidenciamos que 43% dos profissionais trabalham de zero a cinco anos, 36% já estão há mais tempo trabalhando, pois estão acima de 15 anos e 21% de cinco a dez anos.

Gráfico 6 - Tempo de serviço



Fonte: Dados produzidos pela pesquisadora, 2022.

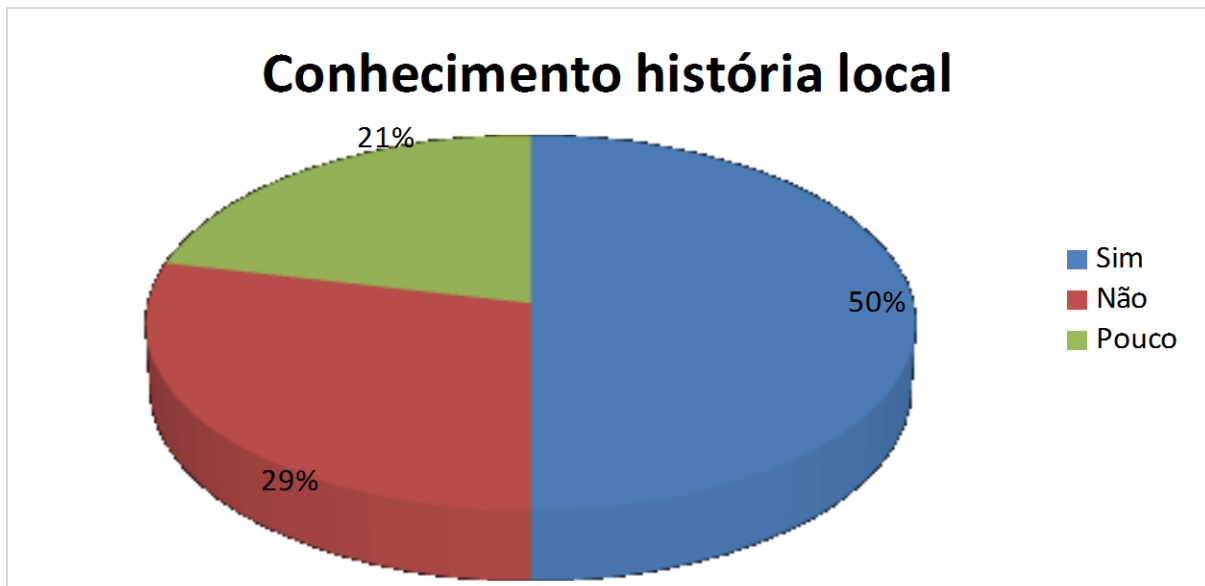
As práticas pedagógicas cotidianas dos professores exigem comportamentos que estes normalmente não aprendem em sua formação (inicial ou contínua) ou no currículo da instituição escolar. Essas práticas são produzidas e apropriadas ao longo de sua história de vida, no espaço escolar, por meio de sua prática pedagógica cotidiana. Tardif (2007, p. 48-49) diz que estes saberes “[...] não provém das instituições de formação nem dos currículos. [...] não se encontram sistematizados em doutrinas ou teorias”.

Para Pimenta (2002) o conhecimento e experiência do professor são derivados, dentre outros fatores, da história de vida, das relações que os professores ou aqueles que estão em formação para essa profissão adquiriram ao longo de sua vida com o contato da escola. Para a autora, as ideias sobre como ser professor, o que significa ser bom ou mau professor, a desvalorização social dos professores, bons conteúdos, boas aulas, o que aconteceu historicamente sobre os professores e as mudanças em seu conhecimento vêm da experiência com os alunos. Nesse sentido, destacamos que mais da metade dos docentes atuantes nas unidades estudadas podem ser considerados profissionais experimentados em sala de aula, com mais de cinco anos de regência de turmas o que, acreditamos com base na literatura usada, fazer diferença na eficácia do trabalho realizado.

4.3 A COMPREENSÃO DOS PROFESSORES EM RELAÇÃO À HISTÓRIA LOCAL

No que tange mais especificamente ao objeto desta dissertação, parte do nosso roteiro de entrevistas (Apêndice I), trouxe abordagens mais específicas sobre as práticas pedagógicas – ou a sua ausência – que envolvessem temas relacionados à história local e à memória/patrimônio do município. Assim, a primeira questão abordada foi se os entrevistados conheciam a história do município de Presidente Kennedy. De acordo com o gráfico 7, 50% dos entrevistados conhecem a história local, enquanto que 29% não conhecem e 21% conhecem um pouco.

Gráfico 7 - Conhecimento história local



Fonte: Dados produzidos pela pesquisadora, 2022.

É fundamental que os profissionais da educação conheçam a história local das regiões na qual atuam, visto que ela colabora na construção de um processo de interpretação sobre a composição histórica dos personagens sociais em seus estilos de vida, métodos esses que se localizam no espaço da construção social e são reconstruídos pelo poder político e econômico. Sem contar que, conforme discutido no segundo capítulo deste trabalho, há em diversos documentos que norteiam a educação no Brasil, sobretudo da produção do MEC, que dão conta da importância para a construção da cidadania e do exercício de pertencimento, o estudo das características culturais e das histórias regionais. Como já comentado na fundamentação teórica desta pesquisa, Germinari e Buczenko (2012, p. 128) falam que:

A abordagem sobre história local, no que se refere ao ensino de História foi alvo de grande debate entre historiadores no Brasil, que valorizaram esta abordagem por possibilitar novas visões sobre o processo de aprendizado da História e, a influência do meio em que o aluno e a escola estão inseridos.

Desse modo, é importante instigar a curiosidade dos alunos em relação à história local, visto que quando é explorado o passado, evidencia potenciais que possibilitam uma aprendizagem significativa e importante aos alunos, especialmente quando se associa ao tempo e ao espaço, do qual essa compreensão temporal se edifica com os acontecimentos históricos, que pouco a pouco vai se agrupando ao conceito de tempo, avaliando-o ao longo da experiência.

Em seguida foi questionado àqueles que responderam ter conhecimento sobre a história local, quais foram os meios de informação que obtiveram com a história local. As respostas foram variadas, sendo necessário disponibilizá-las no quadro 1, nominando os profissionais da seguinte forma: professores regentes (1, 2, 3, 4, 5, 6), professor de Arte (1 e 2), pedagogo (1,2,3) e pedagogo SEME (1, 2 e 3) com letras, preservando dessa forma o anonimato.

Quadro 1 - Conhecimento sobre a história local

Professor regente	Resposta
1	“Pesquisa da internet, arquivos antigos da escola, pesquisas com pessoas antigas da escola”.
2	“Oralidade, história oral, poucos registros que temos, vale ressaltar que tem poucos recursos escritos. A história escrita é muito restrita”.
3	“Através de pesquisa e conversa informal com moradores antigos. Gosto de realizar aulas práticas de contos históricos do município”.
4	“Através da internet, mais ainda assim os conteúdos vagos e bem sucintos. Vale ressaltar que quando estudei já não se falava muito sobre a história local do município”.
5	“Através de pesquisa na internet, porém ainda é muito difícil. Vale ressaltar que o que eu ainda sei da minha professora Dadi (falecida) no período de 8º ano quando estudei aqui no município”.
6	Não soube informar
7	“Livros do município, aulas de história de quando eu estudava”.
Professor de Arte	Resposta
1	“Desconheço a história do município”.
2	“Conversando com alunos e funcionários da escola que são moradores do município. Além disso, meu esposo já morou, durante a infância, na zona rural do município de Presidente Kennedy”.
Pedagogo escola	Resposta
1	“Não conheço a história, mas já estou aprendendo”.
2	“Relato de algumas pessoas, logo que cheguei aqui, eu sou muito curiosa. Na primeira escola que trabalhei encontrei alguns livros sobre o município e tomei conhecimento a partir daí”.
3	“Através de pesquisa na internet e relatos de pessoas da escola”.
Pedagogo SEME	Resposta
1	“Através de relatos e informações de pessoas antigas do município, reportagem em revistas, artigos e recentemente alguns livros que já foram escritos”.
2	“Internet e livros”.

Fonte: Dados produzidos pela pesquisadora, 2022.

Evidenciamos pelas respostas dos entrevistados que a maioria tem conhecimento da história local do município. Apenas dois não têm conhecimento e um já está fazendo leituras e estudando sobre a história do município. Contudo, fica evidenciado, por exemplo, nas respostas dos professores regentes 1, 2 e 5, pedagogo

da SEME, que o conhecimento e o acesso aos temas da história local são fragmentados e assistemáticos, demandando dos docentes trabalho extra, a busca de informações acerca do assunto. Sem contar que parte dessas informações podem tornar-se de difícil certificação e reconhecimento. Por isso, acreditamos que nossa proposta de produto educacional possa contribuir como um objeto mais prático de consulta e de sugestões de atividades para as práticas pedagógicas que abarcam essa temática.

Trabalhar com contextos do cotidiano juntando a história de vida dos alunos tem permitido oportunizar essas experiências na sociedade de maneira a gerar uma integração de história pessoal com uma história coletiva. Devemos notar que o estudo dos lugares e da vida cotidiana não pode ser reduzido a uma simplificação da história. Bittencourt (2004, p. 168) relata que:

A história local geralmente se liga a história do cotidiano ao fazer das pessoas comuns participantes de uma história aparentemente desprovida de importância e estabelecer relações entre os grupos sociais de condições diversas que participaram de entrecruzamentos de histórias, tanto no presente como no passado.

Assim, o trabalho pedagógico através das histórias locais, são capazes de oportunizar o acesso ao entorno do aluno as narrativas, as fontes, para a abrangência histórica do seu mundo.

Na próxima questão foi perguntado se o entrevistado já havia feito algum curso sobre a história local oferecido pela Secretaria Municipal de Educação, ou se possuía conhecimento que a mesma oferece. Dos 14 entrevistados apenas um professor relatou que participou há muito tempo de um projeto chamado “O lugar onde vivo”. E todos responderam que a Secretaria Municipal de Educação não oferece curso sobre a história do município.

Ao implantar o estudo da história local no ensino de História, entendemos o quão é importante o aluno conhecer a história do seu bairro e município, além de, reconhecer-se como sujeito integrante do lugar em que habita determinando seu pertencimento ao grupo. Já que, quem valoriza o lugar em que vive, tem conhecimento de sua comunidade, identificando-se com o lugar, valorizando-o.

Dessa forma, com base nas respostas dos docentes em nossa amostragem, consideramos que seria importante que a Secretaria Municipal de Educação do município, promovesse aos professores cursos sobre a história do município, visto que sua função é “planejamento, coordenação, execução e controle das atividades

educacionais referentes à orientação, supervisão e administração do sistema de ensino, cultura e biblioteca³. Por isso, acreditamos nas possibilidades do trabalho articulado entre a secretaria de educação e os docentes e pedagogos envolvidos mais diretamente com a sala de aula.

As informações obtidas por meio da pesquisa da história local levam o aluno a perceber e dar sentido a outros contextos estabelecidos no passado, assim como a compreender as realidades históricas de seu bairro e perceber que elas não se dão de maneira isolada, mas como parte do processo histórico onde os sujeitos reconhecem suas identidades culturais e sociais. Sem contar que nesses “jogos de escalas” (REVEL, 1998), os alunos podem perceber como os contextos históricos mundiais e de seu país podem impactar nas realidades locais, contribuindo para o entendimento histórico em sentido conjuntural.

Na próxima questão foi questionado se os professores trabalham em suas aulas a história local. No quadro 2 podemos averiguar a forma que alguns professores trabalham a história local, como também, os pedagogos relatam como instruem os professores nessa prática pedagógica.

Quadro 2 - Trabalho com a história local nas aulas

Professor regente	Resposta
1	“Sim a todo o momento. A gente sempre puxa em todas as disciplinas o atual, agora mesmo eles estão trabalhando conto moderno e para a construção do conto eles vão utilizar o cotidiano deles”.
2	“Trabalho sempre com projetos, fazendo <i>links</i> com a história local com os conteúdos programados”.
3	“Com certeza, por meio de aulas práticas”.
4	“De maneira sucinta, adaptando os conteúdos e através de projetos”.
5	“De forma sucinta, adaptando os conteúdos que consigo”.
6	Não soube informar
7	“Sim”.
Professor de Arte	Resposta
1	“De uma forma muito superficial”.
2	“Sim”.
Pedagogo escola	Resposta
1	“Oriento de acordo com o currículo e material didático utilizado”.
2	“Sim, sugerido trabalhar principalmente nos meses de abril (aniversário do município) e agosto (aniversário da padroeira). Infelizmente, nesses últimos

³ Secretaria Municipal de Educação de Presidente Kennedy – ES. Disponível em: <https://www.presidentekennedy.es.gov.br/secretaria/ler/8/secretaria-municipal-de-educacao-seme>. Acesso em: 20 ago. 2022.

	três anos, como foi bem atípico, não foi possível fazermos aulas de campos. Mas sempre oriento meus professores a trabalhar”.
3	“Sempre pedimos para adaptar quando possível. Mas trabalhos sempre através de projetos”.
Pedagogo SEME	Resposta
1	“Enquanto estava regente de classe sim, sempre trabalhei. Hoje em dia, orientamos os professores a estarem sempre trabalhando contextualizando com os temas, independentemente da data aniversário do município”.
2	“Geralmente trabalham mais intensamente quando é aniversário de emancipação do município”.

Fonte: Dados produzidos pela pesquisadora, 2022.

Percebemos pelas falas dos professores que eles tentam trazer a história local nos conteúdos trabalhados. Porém, muitos trabalham de maneira sucinta, talvez pela falta de conhecimento como relataram. Desse modo, é fundamental a história local estar contemplada no currículo escolar, ressaltando que o professor deve planejar e efetivar essa abordagem, buscando enriquecer as aulas de História. Vale destacar que a história local necessita sempre ser ensinada de forma contextualizada, jamais abandonando os enfoques nacionais e globais, fazendo com que os alunos compreendam as relações existentes entre a sua realidade e aquilo que ocorreu e ocorre em outros lugares e contextos. Outro aspecto que deve ser considerado, é o risco que corremos do trabalho realizado de modo assistemático e/ou estanque, que em perspectiva mais geral, apresenta-se de modo isolado em datas de efemérides. Por isso, devemos tomar cuidado com uma espécie de “pedagogia do evento” que acaba contribuindo para um aligeiramento na formação de nossos alunos.

Para tanto, é fundamental que o pedagogo da escola oriente os professores em seu planejamento escolar. De acordo com o relato dos pedagogos entrevistados tanto das escolas como da SEME, eles orientam que os professores abordem a história local em suas aulas, bem como na elaboração de projetos que trabalhem com seus alunos a história local.

Desse modo, a utilização da história local é de grande relevância, pois também auxiliará os alunos a dar início na construção de sua identidade, se identificando com a história do lugar em que vive, sentindo-se parte dessa história, compreendendo que são ativos nos processos históricos.

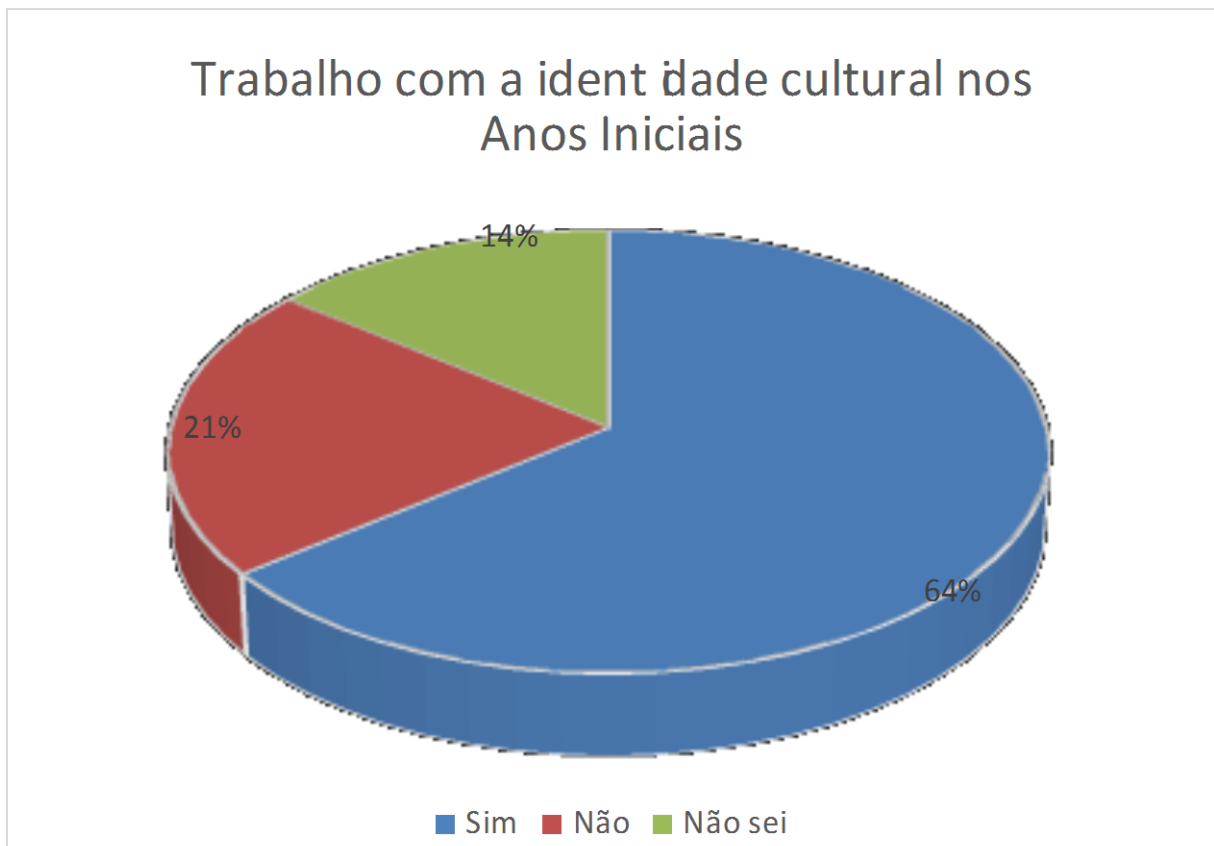
Fonseca (2009, p. 123) destaca que:

Ensinar e aprender a história local e do cotidiano é parte do processo de (re) construção das identidades individuais e coletivas, fundamental para que os sujeitos possam se situar, compreender e intervir no espaço local em que vivem como cidadãos críticos.

A identidade como elemento particular do indivíduo é algo que pode ser construído e reconstruído consecutivamente. Os processos de interação e comunicação entre os indivíduos e entre o seu local onde vivem, estabelecem relações de convivência, as quais influenciam a construção da identidade individual e coletiva.

Na próxima questão foi perguntado se os professores costumam trabalhar a temática de identidade cultural nos anos iniciais da educação básica. De acordo com o gráfico 8, 64% dos entrevistados disseram que sim, que os professores trabalham a identidade cultural com os alunos dos anos iniciais da educação básica, enquanto que 22% responderam que não e 14% responderam que não sabiam.

Gráfico 8 - Trabalho com a identidade cultural nos anos iniciais



Fonte: Dados produzidos pela pesquisadora, 2022.

Como já relatado anteriormente, o trabalho com a identidade cultural do aluno é de grande relevância, pois trabalhar a história local é uma forma de despertar a ideia de pertencimento de um determinado lugar. Para Azevedo (2009):

Identidade é uma construção social e simbólica dinâmica em função de sua permeabilidade em face do contexto. Portanto, as identidades mostram-se

móveis porque são contingentes. Constata-se que a identidade de um grupo não está dada de uma vez por todas por uma determinada posição que seus membros ocupam num grupo social, profissional ou organização de qualquer outra natureza. Ela é construída em função de acontecimentos que a nutrem, de circunstâncias que lhe conferem forma (AZEVEDO, 2009, p. 43).

Assim, determinar a identidade de um lugar em função de sua posição particular exige estabelecer uma relação entre tempo e espaço, o que significa reconhecer o patrimônio cultural e histórico pertencente aos mais diversos sujeitos sociais daquele lugar.

Para Schmidt e Cainelli (2004) trabalhar a história local no contexto escolar, possibilita inserir o aluno na comunidade da qual ele faz parte, instituindo a historicidade e sua identidade, despertando atitudes investigativas, baseadas no dia a dia do aluno, auxiliando-o na reflexão a respeito da realidade que o cerca e suas diferentes condições, econômica, política, social e cultural.

Também foi questionado se a história local de seu município está contemplada no curricular escolar e/ou no Projeto Político Pedagógico da escola que trabalham.

Quadro 3- História local no currículo escolar

Professor regente	Resposta
1	“Sim, em ambos os documentos”.
2	“Sim”.
3	“Não, porém o professor tem livre arbítrio para nas aulas de histórias, principalmente, e nas aulas de ciências de trabalhar sobre o assunto. Não desmerecendo as outras disciplinas”.
4	“O município fornece poucos documentos sobre a história local, falta de acesso a uma biblioteca para que os alunos tenham acesso à história”.
5	“Eu senti falta desse conteúdo assim que comecei a trabalhar aqui, só trabalhamos através de projetos como emancipação do município. Mesmo porque temos que dá conta dos conteúdos do currículo. E como não está no currículo a história local”.
6	Não soube informar
7	“Sim”.
Professor de Arte	Resposta
1	“Não”.
2	“Ainda não tive a oportunidade de fazer a leitura do PPP da escola. No entanto, este documento propõe que cada unidade de ensino tenha autonomia para adequar o currículo à realidade, identidade, diversidade cultural e religiosa da comunidade que a escola estiver inserida”.
Pedagogo escola	Resposta
1	“Acredito que sim, ainda estou tomando conhecimento”.
2	“Não sei responder”.

3	“A gente trabalha, porque é a história do município, mas como não é algo que é tão cobrado, fazemos sempre através de um projeto, pois preciso dar conta do currículo e dos conteúdos programáticos, vale ressaltar que são muitos”.
Pedagogo SEME	Resposta
1	“Ainda de forma superficial. Necessário maior aprofundamento, até porque não há material oficial sobre o mesmo, nem mapa”.
2	“Sim. No entanto, ainda é algo muito raso, precisamos de materiais e projetos nessa área. Além de capacitação para os profissionais”.

Fonte: Dados produzidos pela pesquisadora, 2022.

De acordo com as respostas relatadas no quadro 3, evidenciamos que nem todas as escolas contemplam no currículo e em seu PPP a abordagem da história local. Os professores sentem a necessidade de ter mais material para trabalhar, bem como, observamos que é trabalhado com o tema apenas através de projeto.

Percebemos, também, que os pedagogos não têm conhecimento se o tema faz parte do currículo ou se está contemplado no PPP da escola. Já os pedagogos da SEME relatam que a temática ainda é proposta de forma superficial, que se faz necessário ter materiais e formação para os professores.

Dessa forma, notamos que o ensino de História nos anos iniciais das escolas de estudo, prevalece o formato tradicional. Assim, mesmo que a história local esteja prevista no PPP da escola, estes não estão sendo trabalhados em sua temporalidade, de maneira mais contundente, procurando atrelar o passado construído por diversas gerações, ao tempo presente do aluno.

Provocar no aluno esta maneira de refletir e de compreender a temporalidade histórica, permitirá que o aluno crie estruturas cognitivas indispensáveis e essenciais para dar prosseguimento dos estudos em História a partir do local, como um ponto de partida para as futuras informações de História, a serem alcançadas pelo aluno em sua formação, podendo até mesmo colocar-se como um agente de transformação da percepção da história local.

Conforme Cainelli (2011, p. 70):

Mesmo que inicialmente estejam estas noções ligadas ao conceito de progresso é preciso desenvolver a noção de simultaneidade e transformação tendo como ponto de partida a percepção do aluno de que o tempo gerou a mudança e quais as implicações disso na sociedade. É preciso que o professor tenha condições de ensinar a pensar historicamente a partir do entendimento da criança dos múltiplos tempos e espaços que formam o tempo e o lugar em que ela está vivendo.

Trabalhar com simultaneidade e transformação exige que os professores estejam preparados e cientes da história local para conectar o lugar ao seu passado,

aos acontecimentos que influenciaram direta ou indiretamente a transformação do lugar, permitindo que os alunos percebam também a simultaneidade e a mudança em seu entorno que fazem parte de sua história.

Finalizando a entrevista foi questionado se os entrevistados consideravam que a história do município de Presidente Kennedy pode contribuir para construção de identidade cultural dos alunos. Podemos observar as respostas no quadro 4.

Quadro 4 - A contribuição do estudo da história local

Professor regente	Resposta
1	“Com certeza. Porque com o que eles vão construir a identidade, a formação de cidadão deles sem conhecer o lugar onde vivem, sem saber de onde eles vieram, parte do eu, da sua cultura é muito importante”.
2	“Sempre, o aluno precisa conhecer a história do município em vive. A história é sempre algo falado, hoje nós temos muitos alunos que não conhecem, o conhecimento adquirido por nós foi através dos ensinamentos das pessoas antigas do conhecimento. É necessário trabalhar a história local de onde vive, para o aluno ter o conhecimento de mundo”.
3	“Essencial. Mesmo que eu não seja do município, é importante que meu aluno conheça a história do município em que nasceu ou reside”.
4	“Sim, ele saber falar de onde ele vive, de onde sua família veio. É uma questão de cidadania”.
5	“É muito importante, é o eu no mundo, é importante saber para a construção de cidadania”.
6	“Acredito que sim é importante o aluno conhecer a sua história.”
7	“Sim, pois todos nós somos pertencentes a um lugar, seja cidade, estado ou país. Então, enfatizar a história do município da qual nascemos e crescemos, é contribuir para que esse aluno saiba de onde ele veio, e de onde seus antepassados vieram, contribuindo também para a formação da sua identidade cultural”.
Professor de Arte	Resposta
1	“Sim, sem dúvidas, é importante esse aprendizado desde pequeno para a formação de um cidadão conhecedor do lugar onde habita”.
2	“Estudar a história do município de Presidente Kennedy é de suma importância para a identidade cultural dos alunos, já que o próprio indivíduo constrói essa característica a partir de seu convívio social e do contato cultural na comunidade que esteja inserido. A escola, por sua vez, além dos conhecimentos científicos, é responsável pela formação do pensamento crítico do aluno, orientando-o para que ele possa se posicionar socialmente e criticamente. Esse desenvolvimento só se efetiva quando o aluno entende o passado e transforma o seu futuro”.
Pedagogo escola	Resposta
1	“Sim. É a base, é onde começa o conhecimento, é o princípio de tudo a cultura deles para partir o conhecimento de mundo”.
2	Não respondeu. Observação: Não conseguimos terminar a entrevista, pois a pedagoga precisou se ausentar para resolver assuntos pertinentes à escola. E não conseguimos outro horário para terminar.
3	“Sim, é uma questão de cidadania, é muito importante o aluno conhecer o lugar onde vive”.
Pedagogo SEME	Resposta
1	“Sim. Estudar história dos povos do município e seu povoamento possibilita a compreensão da cultura dos municípios e do entorno da realidade do aluno”.

2	“Sim. Eles, os alunos precisam conhecer sua história, seu contexto histórico, quem são, de onde vieram, para que haja valorização e autoconhecimento, assim propicia à criança a percepção de que ela tem uma história de vida, fazem parte de uma família e são partes atuantes no mundo em que vivem”.
---	--

Fonte: Dados produzidos pela pesquisadora, 2022.

Conforme relato dos entrevistados, é fundamental trabalhar a história do município com os alunos. Para a professora 2 estudar a história do município de Presidente Kennedy é de suma importância para a identidade cultural dos alunos, já que o próprio indivíduo constrói essa característica a partir de seu convívio social e do contato cultural na comunidade que esteja inserido. A escola, por sua vez, além dos conhecimentos científicos, é responsável pela formação do pensamento crítico do aluno, orientando-o para que ele possa se posicionar socialmente e criticamente. Esse desenvolvimento só se efetiva quando o aluno entende o passado e transforma o seu futuro.

No entendimento dos entrevistados o estudo da História a partir do município em que vivem, instiga descobertas, a percepção do aluno como sujeito da história, participação ativa destes na coleta de fontes e ainda o envolvimento dos pais.

A matéria-prima da história são as relações sociais estabelecidas no transcurso do tempo, ou seja, a história estuda o convívio entre os diferentes grupos sociais, os laços de vinculação da coletividade, as experiências históricas de indivíduos de carne e osso que construíram e reconstruíram suas identidades nos momentos de alegria e de tristeza, de celebração e de conflitos, de dúvidas e certezas (GONTIJO, 2009, p. 45).

De acordo com Gontijo (2009), a identidade é uma estrutura social e simbólica dinâmica, porque tem permeabilidade em face do contexto. Nesse sentido, a identidade de um grupo não parece ser conferida de uma vez por todas pela posição particular que seus membros ocupam na sociedade, grupos profissionais ou organizações de qualquer outra natureza. Ele é construído a partir dos eventos que o nutrem e do ambiente que lhe dá forma.

O trabalho com a história local, sendo dado a devida importância à história de pessoas comuns, as quais ficaram por muito tempo esquecidas, e sobretudo, fora do ensino de História, uma vez que o privilégio era das grandes ações heroicas, dos nomes avaliados como importantes, renunciando a função das populações pobres na geração de riqueza, na produção cultural, por fim não distinguindo a grande parte dos sujeitos nos processos históricos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa desenvolveu-se por meio do Programa de Mestrado Profissional em Ciência, Tecnologia e Educação do Centro Universitário Vale do Cricaré, com o objetivo de analisar como a história local do município de Presidente Kennedy, no Espírito Santo, pode contribuir para a construção da identidade dos alunos, bem como da preservação patrimonial e cultural local.

Como produto final foi elaborado uma proposta de inserção do ensino da história local para a construção da memória histórica respeitando a legislação, documentos normativos e o currículo escolar do município em questão. O desenvolvimento do produto final foi pensado com intenção de que os alunos consigam se perceber como sujeitos e agentes de transformação no mundo que os cerca.

Conforme discutimos no capítulo dois deste trabalho, em especial nos últimos 25 anos, a partir da LDB de 1996 e outros documentos ligados ao MEC aqui analisados, há uma valorização do trabalho pedagógico em torno da história local e da construção da memória/patrimônio desses espaços. Suscitando, igualmente conforme aqui parcialmente discutido, uma série de estudos de caso Brasil afora em torno dos “usos” e das práticas pedagógicas que contemplam a temática, bem como as agruras dos docentes para o tratamento da mesma em sala de aula. Lembrando, uma vez mais, que tal abordagem visa contribuir para a maior capacidade de articulação histórica dos discentes, em especial, em perspectiva de conjunturas históricas, bem como do desenvolvimento de seu senso crítico e de solidariedade e pertencimento ao local.

Desse modo, o aluno não adquirirá ferramentas necessárias para compreender o mundo em que vive como desenvolver mecanismos de intervenção e modificação da sua realidade. Se alcançado este objetivo, podemos assegurar que o aluno será capaz de desenvolver e fortalecer sua identidade, com base no seu descobrimento como sujeito histórico. Concomitante, o aluno poderá desempenhar sua cidadania enquanto ator principal de sua própria história.

Para tanto, compete aos professores em sua prática pedagógica, buscar conhecimentos através de pesquisas, investigação, criando estratégias pedagógicas, utilizando métodos e metodologias de acordo com o nível da turma, tendo em vista uma formação integral do aluno e primando pelos direitos de aprendizagem do

mesmo. Sua prática necessita ser significativa e dinâmica, tornando o ensino aprendizagem mais encantador e transformador.

Vale ressaltar que as práticas pedagógicas cotidianas dos professores exigem comportamentos que estes normalmente não aprendem em sua formação (inicial ou contínua) ou no currículo colocado pela instituição escolar. Essas práticas são produzidas e apropriadas ao longo de sua história de vida, no “chão” da escola, por meio de sua prática pedagógica cotidiana.

Dessa forma, é fundamental que os professores conheçam a história local, visto que ela colabora na construção de um processo de interpretação sobre a composição histórica dos personagens sociais em seus estilos de vida, métodos esses que se localizam no espaço da construção social e são reconstruídos pelo poder político e econômico.

Outro ponto identificado por meio da pesquisa foi o distanciamento de se trabalhar a história local, nos anos iniciais do ensino fundamental sob a ótica da formação da identidade para a prática da cidadania do aluno, já que a identidade é construída em seu contexto cultural e social a partir do nascimento da criança. E este meio pode beneficiar ao aluno a compreensão sobre o seu dia a dia, até mesmo a respeito das relações travadas cotidianamente com o próximo, uma vez que para formar sujeitos conscientes é indispensável que ele reflita sobre sua vida como sujeito singular e coletivo, compreendendo a distinção entre o seu “EU” e o “OUTRO”, de maneira que não se veja inferior ou superior, mas que perceba que a diferença do outro é que o faz entender a sua identidade.

Nessa perspectiva, em nosso material empírico analisado por meio das entrevistas realizadas, notamos diversos professores que sublinharam dificuldades de aquisição de material sobre a história local do município pesquisado e/ou a dispersão dos mesmos, coletados, não raro, de modo, assistemático em sites, publicações em periódicos, etc. Tal realidade, decerto, apresenta-se como um empecilho para o tratamento do tema, além de se confrontar com outras realidades que marcam o cotidiano dos profissionais do magistério, como falta de adesão e identidade com o espaço de trabalho por conta de contratos temporários e mais ou menos voláteis, longas jornadas de trabalho, dentre outros fatores. Por isso, acreditamos que o produto educacional pensado como parte de nosso trabalho possa contribuir para mitigar tais empecilhos e tornar-se um instrumento de acesso às informações e possibilidades de trabalho dos docentes que queiram incorporar a história local às

suas práticas em sala de aula. Em razão disso objetivamos ofertar esse produto educacional para a Secretaria de Educação do município.

Portanto, esperamos que a presente pesquisa possa não apenas demonstrar a contribuição do estudo da história local como identidade cultural do município de Presidente Kennedy, mas que também se torne parte integrante de demais estudos sobre a história do município.

REFERÊNCIAS

ARAGÃO, Rosângela Monteiro. **O ensino da História Local como instrumento para a construção da identidade e o exercício da cidadania**, 2019. Dissertação (mestrado) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Programa de Pós-Graduação em Ensino de História, Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 2019.

AZEVEDO, Cecília. Identidades compartilhadas: a identidade nacional em questão. IN: Martha Abreu e Rachel Soihet (orgs.). **Ensino de história: conceitos, temáticas e metodologia**, Rio de Janeiro, Casa da Palavra, 2009.

AZEVEDO, Crislane Barbosa de; STAMATTO, Maria Inês Sucupira. Historiografia, processo ensino-aprendizagem e ensino de História. **Revista Metáfora Educacional**, v. n.9, p. 70-89, 2010.

BAPTISTA, Adolfo Eugenio Ferreira. **Caixa de História local e a construção da identidade dos alunos da Educação de Jovens e Adultos**. 2016. 129 f Dissertação (Mestrado em História) Instituto e Ciências Humanas e Sociais Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2016.

BARROS, José D'Assunção. **O Lugar da História Local** (2009). Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/321111136_O_Lugar_da_Historia_Local. Acesso em: 20 nov. 2022.

BITTENCOURT, Circe Maria F. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Secretaria de Educação Básica. Brasília: MEC/SEB, 2018.

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. LDB - Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília: MEC, 1996.

BRASIL. Ministério Da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais – ensino médio – parte IV - Brasília: MEC, 1999.**

Brasil. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília : MEC/SEF, 1997. 126p.**

BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros curriculares nacionais: história / Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC / SEF, 1998.**

CAIMI, Flávia Heloísa. **A História na Base Nacional Comum Curricular: pluralismo de ideias ou guerra de narrativas?**. In: Revista do Lhiste-Laboratório de Ensino de História e Educação, v. 3, n. 4, 2016.

CAINELLI, Marlene Rosa. **Entre continuidades e rupturas**: uma investigação sobre o ensino e aprendizagem da História na transição do quinto para o sexto ano do Ensino Fundamental. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/KZTB88qHQ6wFsn4kFCVZ8R/?lang=pt>. Acesso em: 15 mar. 2022.

DEBIASI, Andréa Andrade Alves. **A Valorização do interculturalismo o processo de ensino e aprendizagem na Educação Básica de Orleans (Sc)**: A memória identitária local como proposta pedagógica. 2020. Tese de doutorado. Universidade do Sul de Santa Catarina. Tubarão – SC.

DOMINGUES, Petrônio. **Movimento negro brasileiro**: alguns apontamentos históricos. Tempo, Niterói, v. 12, n. 23, 2007. p. 100-122.

FONSECA, Selva Guimarães. **Fazer e Ensinar História**. Belo Horizonte: Dimensão, 2009.

FREIRE, Paulo. **Essa escola chamada vida** - Editora Ática, São Paulo, 1986.

GERMINARI, Geyso. BUCZENKO, Gerson. **História local e identidade**: um estudo de caso na perspectiva da educação histórica. História & Ensino, Londrina, v. 18, n. 2, p. 125-142, jul./dez. 2012. Disponível em <https://www.uel.br/revistas/uel/index.php/histensino/article/view/12593>. Acesso em: mar.2022.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GONTIJO, Rebeca. Identidade nacional e ensino de história: a diversidade como patrimônio sociocultural. In: Martha Abreu e Rachel Soihet (orgs.). **Ensino de história**: conceitos, temáticas e metodologia, Rio de Janeiro, Casa da Palavra, 2009.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. 2021. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/es/presidente-kennedy/historico>. Acesso em: 20 ago. 2022.

JESUS, Cláudia Márcia Corrêa de. **Educação Quilombola**: Um Olhar Sobre as Práticas Pedagógicas na Escola “Orci Batalha” do Município de Presidente Kennedy/ES. Dissertação (Mestrado Profissional em Ciência, Tecnologia e Educação) – Faculdade Vale do Cricaré, São Mateus - ES, 2021.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MACEDO NETO, Manoel Pereira de. PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS DE HISTÓRIA: desafios e possibilidades da história ensinada na Educação Básica. **Revista eletrônica História em reflexão**, v. 03, p. 01-11, 2009.

MAIA, Mônica Emanuela Nunes; SOUSA, Maria Arleilma Ferreira de; SÁ, Carlos Almeida de. **BNCC e ensino de História Local**: Considerações para formação de

professores de História. 2021. Disponível em: https://editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2021/TRABALHO_EV150_MD1_SA101_ID6022_30092021210740.pdf. Acesso em: 20 mar. 2022.

MARTINS; Evandro Silva. A etimologia de alguns vocábulos referentes à educação. **Olhares & trilhas**. Uberlândia, ano vi, n. 6, p. 31-36, 2005.

OLIVEN, Arabela Campos. **Ações afirmativas, relações raciais e política de cotas nas universidades**: uma comparação entre os Estados Unidos e o Brasil. Educação, Porto Alegre, 2007.

PIMENTA, Selma Garrido, (org.). Formação de Professores: identidade e saberes da docência. In. **Saberes Pedagógicos e Atividade Docente**. São Paulo: Cortez, 2002, p. 15-34.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE KENNEDY; Disponível em: <https://www.presidentekennedy.es.gov.br/pagina/ler/1000/historia>. Acesso em: 15 ago. 2022.

PRIORE, Mary Del. História do cotidiano e da vida privada. In.: **Domínios da história**: ensaios de teoria e metodologia. CARDOSO, C. F. VAINFAS, R. (Orgs.) Rio de Janeiro: Campus, 1997.

REVEL, Jacques (org.). **jogos de escalas**. A experiência da microanálise. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

SANTOS. Joaquim. J. M. dos. **História do lugar: um método de ensino e pesquisa, para as escolas de nível médio e fundamental**. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, vol. 9, nº 1, pp. 105-124, jan.- abr. 2002.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora; CAINELLI, Marlene. **Ensinar história**. SP: Scipione, 2004.

SILVA, Daniela Souza. **Valorizando as Identidades**: Raízes da História de Pilões/Vila Neves. VII Encontro Estadual de História. Feira de Santana, BA. 2016.

SILVA, Vânia dos Santos da. **Diagnóstico das dificuldades do ensino de história no que tange à identidade quilombola em Presidente Kennedy – ES**. São Mateus - ES, 2020.

SIQUEIRA, Bianca Tamara de. **O ensino de história local: conhecer para pertencer**. Universidade de Santa Cruz do Sul. Santa Cruz, Rio Grande do Sul, 2020.

SOUSA, Israel Soares de. **Educação popular e ensino de história local**: cruzando conceitos e práticas, 2015. 238 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2015.

TARDIF, Maurice. **Saberes Docentes e Formação Profissional**. 8a edição Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

TEIXEIRA, Olga Suely. **A História local como um caminho para o ensino significativo de História nos anos iniciais**. 2018. 87f. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História - Profhistória) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2018.

VACCA, Cassiano Miglia. **Nova Prata: história local, educação patrimonial e ensino de história**. Dissertação (Mestrado) - Universidade de Caxias do Sul, Programa de Pós-Graduação em História. 2021.

VANNUCCHI, Aldo. **Cultura Brasileira: o que é como faz**. 2. ed. São Paulo: Edições Loyola. 1999.

VIANA, José Italo Bezerra. **História Local**. 1ª Edição. Instituto Superior de Teologia Aplicada – INTA, 2016.

YIN. Robert. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 3. ed., Porto Alegre: Bookman, 2005.

APÊNDICES

APÊNDICE I: TERMO DE AUTORIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO COPARTICIPANTE



PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE KENNEDY
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO COPARTICIPANTE

Eu, _____, ocupante do cargo de gestora na _____, autorizo a realização nesta instituição de ensino a pesquisa “A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE CULTURAL DO ALUNO A PARTIR DA HISTÓRIA DO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE KENNEDY”, sob a responsabilidade da pesquisadora Ana Quésia Souza de Almeida, tendo como objetivo geral analisar como a história local do município de Presidente Kennedy pode contribuir para a construção da identidade, bem como da preservação patrimonial e cultural.

Afirmo que fui devidamente orientado sobre a finalidade e objetivos da pesquisa, bem como sobre a utilização de dados exclusivamente para fins científicos e que as informações a serem oferecidas para o pesquisador serão guardadas pelo tempo que determinar a legislação e não serão utilizadas em prejuízo desta instituição e/ou das pessoas envolvidas, inclusive na forma de danos à estima, prestígio e/ou prejuízo econômico e/ou financeiro. Além disso, durante ou depois da pesquisa é garantido o anonimato dos sujeitos e sigilo das informações.

Esta instituição está ciente de suas corresponsabilidades como instituição coparticipante do presente projeto de pesquisa, e de seu compromisso no resguardo da segurança e bem-estar dos participantes da pesquisa nela recrutados, dispondo da infraestrutura necessária para tal.

Presidente Kennedy-ES, ____ de ____ de 20____.

Assinatura do responsável e carimbo e ou CNPJ da instituição coparticipante

APÊNDICE II : ROTEIRO DE ENTREVISTA

1. Gênero:

Masculino Feminino

2. Qual localização geográfica você trabalha?

Urbana Rural/Camponesa Pertencente à comunidade quilombola

3. Em que regime de trabalho você atual?

Efetivo Designação temporária Outros

4. Faixa etária:

Entre 20 e 30 anos

Entre 31 e 40 anos

Entre 41 e 55 anos

Mais de 55 anos

5. Nível de escolaridade:

Graduação

Pós-Graduação

Mestrado

Doutorado

6. Quanto tempo você na Educação do município de Presidente Kennedy?

0 a 5 anos

5 a 10 anos

10 a 15 anos

Acima de 15 anos

7. Você conhece a história do município de Presidente Kennedy?

8. Em caso afirmativo, quais foram os meios de informação aos quais você tomou contato com essa realidade?

9. Você já fez algum curso com tal temática oferecido pela Secretaria de Educação ou possui conhecimento se a mesma oferece?

10. Você trabalha a história local em suas aulas?

11. Você já percebeu se os professores costumam trabalhar a temática identidade cultural no ensino fundamental? Em caso positivo, como você percebe que eles trabalham?

12. A história local de seu município está contemplada no curricular escolar e/ou no Projeto Político Pedagógico de sua unidade?

13. Você considera que a história do município de Presidente Kennedy pode contribuir para construção de identidade cultural dos alunos? Por quê?

APÊNDICE III – PRODUTO FINAL

Ana Quésia Souza de Almeida



*Trabalhando a História
de
Presidente Kennedy - ES*



Guia Educativo

Autores

**Ana Quesia Souza de Almeida**

Graduada em Pedagogia pela Faculdade educacional da Lapa. Graduada em História pelo Centro Universitario São Camilo - ES.

Pós Graduada em Gestão Escolar, Mestre pelo Centro Universitário Vale do Cricaré.

**André Luis Lima Nogueira**

Possui graduação em Licenciatura Plena Em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro(2000), mestrado em História pela Universidade Federal Fluminense(2004), doutorado em História das Ciências pelo Fundação Oswaldo Cruz(2013), pós-doutorado pela Universidade Federal do Espírito Santo(2015) e pós-doutorado pelo Fundação Oswaldo Cruz(2020). Atualmente é Professor Doutor da Faculdade do Vale do Cricaré e Estatutário do Fundação de Apoio à Escola Técnica. Tem experiência na área de História, com ênfase em História do Brasil. Atuando principalmente nos seguintes temas: feitiçaria, práticas mágicas, Minas Gerais - século XVIII.

APRESENTAÇÃO

Caro professor!

É com grande satisfação que esse Guia Educativo está sendo apresentado a você, um manual criteriosamente elaborado com o objetivo de propor sugestões para a sua prática docente trabalhar a História Local do município de Presidente Kennedy - ES, não somente à disciplina de História mas de forma interdisciplinar nas outras áreas do conhecimento.

Este material é produto resultante da pesquisa de Mestrado Profissional em Ciência, Tecnologia e Educação do Centro Universitário Vale do Cricaré, tendo como objeto de estudo a construção da identidade cultural do alunos a partir da história do município Presidente Kennedy - ES.

É importante ressaltar que o estudo busca discutir e possibilitar - por meio deste guia - mecanismos para que os discentes conheçam de modo mais adensado a sua história local como forma de valorização cultural, preservação da memória, compreensão do processo de formação histórica e desenvolvimento de argumentação e criticidade. Haja vista que um dos objetivos da Base Nacional Comum Curricular é possibilitar ao aluno resolver problemas cotidianos, tornando-se protagonista do processo de ensino aprendizagem.

Introdução

É verdade que não podemos internalizar toda a história, mas, imaginamos, que todo professor almeje que seus alunos entendam como os processos históricos funcionam ao longo do tempo e, igualmente, desenvolvam curiosidade e as competências necessárias para o desenvolvimento de pesquisas nos quais os alunos se tornem protagonistas de sua formação intelectual, movidos pela autonomia e pelo senso crítico. Por meio da compreensão desses processos, a história fornece aos alunos uma compreensão do passado, capacidade de "operar" intelectualmente as articulações "passado/presente" "mudanças/permanências".

O passado quando explorado evidencia potenciais que possibilitam aprendizagem significativa e importante aos alunos, especialmente quando se associa com o tempo e o espaço, do qual essa compreensão temporal se edifica com os acontecimentos históricos, que pouco a pouco vai se agrupando ao conceito de tempo, avaliando-o ao longo da experiência.

Compreende-se a própria disciplina e suas abordagens didáticas no âmbito da Educação Básica, como um processo de desenvolvimento da imaginação e espírito crítico, com a oportunidade de entender distintos pontos de vista. Independente da etapa de escolarização a História colabora para a cidadania, visto que ela consegue conectar o passado com o presente, e também vislumbrar o futuro, já que coloca o sujeito na condição social onde está inserido, norteador, sua concepção e atuação em sua vida diária.

O estabelecimento de ensino integrado entre os diferentes níveis de ensino também é um aspecto essencial para o crescimento e autonomia do

aluno. Hoje temos um sistema de ensino em nove anos para o Ensino Fundamental, o qual, teoricamente, deveria ser interligado. Na perspectiva de uma História local, a reciprocidade entre os anos iniciais e finais do Ensino Fundamental é muito importante, visto que introduziria ao longo da escolarização os princípios da História que são apresentados desde o início do Ensino Fundamental. Nesse sentido, consideramos aqui as percepções de Cainelli:

O aluno que transita de um sistema para outro inicia praticamente do zero uma nova vida escolar ao terminar o quinto ano, da escola municipal recebe o diploma que o considera apto a adentrar no sistema estadual de ensino no sexto ano e, na nova realidade, encontra um sistema que desconfia de sua formação e realiza diagnósticos para saber seu nível de aprendizagem. Esta relação de desconfiança entre as redes de ensino pode ser percebida nas falas de seus protagonistas alunos e professores (CAINELLI, 2011, p 129).

Dessa forma, se houvesse uma articulação entre os níveis de escolarização evitaria o que a autora argumentou. O ensino de História não é apenas parte fundamental da compreensão do mundo de hoje por meio da pesquisa e do conhecimento do passado, mas também demonstra os contrastes existentes entre a sociedade e a própria disciplina, desenvolvendo assim a capacidade de analisar criticamente a sociedade.

Ainda aqui seguindo os argumentos da autora, com práticas pedagógicas e abordagens devidamente integradas, a disciplina de história contribuirá para a construção da identidade dos alunos, pois desenvolverá sua capacidade de analisar, sintetizar e compreender as diferenças entre os distintos grupos devido à sua especificidade. Como campo de estudo, o interesse pela história local não é novo, uma vez que muitos pesquisadores já estão trabalhando nessa área.

A abordagem sobre História Local, no que se refere ao ensino de História foi alvo de grande debate entre historiadores no Brasil, que

valorizaram esta abordagem por possibilitar novas visões sobre o processo de aprendizado da História e, a influência do meio em que o aluno e a escola estão inseridos. Em nosso país, o tema de História Local, já foi proposto pelo menos há duas décadas, com diferentes formas de abordagem, sendo que nas décadas de 1970 e 1980, as propostas curriculares foram organizadas em círculos concêntricos, com abordagem dos estudos sociais partindo da realidade mais próxima do aluno. Entre as décadas de 1980 e 1990, predominou-se a histórica temática, sendo a história local colocada como estratégia pedagógica, para garantir o domínio do conhecimento histórico (GERMINARI, BUCZENKO, 2012, p. 128).

Lidar com assuntos do dia-a-dia atrelando a história de vida dos alunos tem permitido oportunizar essas experiências na sociedade de maneira a gerar uma integração de história pessoal com uma história coletiva. Deve-se notar que o estudo dos lugares e da vida cotidiana não pode ser reduzido a uma simplificação da história. Discutindo a história da vida cotidiana e privada, Mary Del Priore afirma:

Quando falamos de "história", pensamos imediatamente em um processo específico de afirmação através do qual um fenômeno ou uma prática se inscrevem no tempo e produzem uma natureza própria. Quando falamos de "cotidiano", temos de desvendar o que recobre este conceito: o estudo das sociabilidades? A análise de situações e "histórias de vida" com sua bagagem sociolinguística? A etnografia e a antropologia da vida material? Uma enorme série de campos espaço-temporais e relacionais parece querer estilhaçar esse objeto histórico numa pluralidade de temas problemáticos, bem como de complexos instrumentos de análises (PRIORE, 1997, p. 271).

O estudo "do lugar", em certa medida, foca-se nas situações que surgem no cotidiano, com o objetivo de discutir as tensões que existem diariamente. Nos espaços do dia-a-dia nos encontramos com espaços de memórias, onde os sujeitos arquitetam suas identidades, constituindo uma relação entre a comunidade local e o passado, atribuindo valor a este

passado na sua relação com o tempo presente (SILVA, 2016). Assim,

A história local geralmente se liga a história do cotidiano ao fazer das pessoas comuns participantes de uma história aparentemente desprovida de importância e estabelecer relações entre os grupos sociais de condições diversas que participaram de entrecruzamentos de histórias, tanto no presente como no passado (BITTENCOURT, 2004, p.168)

Dessa forma, o trabalho didático/pedagógico e as histórias locais, são capazes de oportunizar o acesso ao entorno do aluno, as narrativas, as fontes, para a abrangência histórica do seu mundo. Logo, compreende-se que a História Local vai muito além de uma redução de escala de análise e nos chama para enfrentamentos e ainda potencialidades de aprendizagem (MAIA; SOUZA; SÁ, 2021).

Ao considerar a história local como um processo de ensino aprendizagem, é preciso estabelecer e sistematizar as relações com os documentos normativos nas instituições de Ensino Fundamental como perspectiva de aprendizagem histórica. Dessa forma, a leitura atenta da BNCC revela que:

Reconhecer-se em seu contexto histórico e cultural, comunicar-se, ser criativo, analítico crítico participativo, aberto ao novo, colaborativo, resiliente, produtivo e responsável vai muito além do acúmulo de informação (BNCC, 2018, p. 14).

A partir desse trecho apresentado no documento, observa-se que há uma possibilidade real de desenvolver um trabalho pedagógico em relação à história local, pois a partir dela podemos construir conceitos de reconhecimento e pertencimento ao nosso meio (professores e alunos).

De acordo com Fonseca (2009) "[...] somente o ensino de história comprometido com a análise crítica da diversidade da experiência humana pode contribuir para a luta, permanente e fundamental, da sociedade: direitos do homem, democracia e paz" (FONSECA, 2009, p. 96).

O estudo da História Local pode revelar com mais clareza questões

envolvendo acontecimentos políticos, crises econômicas e diversas relações socioculturais que envolvem um espaço social mais amplo do que se imagina, ainda que as contradições da vida social muitas vezes pareçam triviais. Vale ressaltar, no entanto, que eles permitem que pessoas comuns se conectem ao processo histórico e permitam novas compreensões sobre o papel dos indivíduos como sujeitos históricos, questionando a legitimidade que os sujeitos individuais podem construir a história local.

Para Schmidt e Cainelli (2004, p. 112), o uso da história local precisa ser considerado a partir de duas questões:

Em primeiro lugar, é importante observar que uma realidade local contém em si mesma, a chave de sua própria explicação, pois os problemas culturais, políticos, econômicos e sociais de uma localidade explicam-se, também, pela relação com outras localidades, outros países e, até mesmo por processos históricos mais amplos. Em segundo lugar, ao propor o ensino de história local como indicador da construção de identidade, não se pode esquecer de que, no atual processo de mundialização, é importante que a construção de identidade tenha marcos de referência relacional, que devem ser conhecidos e situados, como o local, o nacional e o mundial.

Diante dessa afirmação, as autoras ressaltam que a aproximação entre local, nacional e universal acompanha a dinâmica social no contexto da globalização, onde o movimento de pessoas e o fluxo de informações são tão intensos que é possível encontrar países que influenciam a localidade em pontos nacional e universal.

Assim, a articulação do conteúdo da história local com a perspectiva histórica: nacional e universal, apostando na percepção do movimento constante da sociedade, permite desenvolver uma consciência histórica marcada pelo entendimento de que é impossível falar isoladamente dos impactos do mundo. Dessa forma, a tarefa do historiador será lembrar o que está esquecido como uma atividade para preservar a memória e salvar a história local.

Cecília Azevedo (2009) destaca a seriedade de pensar o contingente do compartilhamento de valores, sentimentos, ações e pensamentos que propendem gerar a identidade de um determinado lugar:

Identidade é uma construção social e simbólica dinâmica em função de sua permeabilidade em face do contexto. Portanto, as identidades mostram-se móveis porque são contingentes. Constatase que a identidade de um grupo não está dada de uma vez por todas por uma determinada posição que seus membros ocupam num grupo social, profissional ou organização de qualquer outra natureza. Ela é construída em função de acontecimentos que a nutrem, de circunstâncias que lhe conferem forma (AZEVEDO, 2009, p. 43).

Desse modo, definir a identidade de um lugar em função de sua posição particular exige estabelecer uma relação entre tempo e espaço, o que significa reconhecer o patrimônio cultural e histórico pertencente aos mais diversos sujeitos sociais daquele lugar.

Além de integrar o indivíduo à sua comunidade, criar sua própria identidade e refletir sobre o significado de sua historicidade, a valorização de lugares e/ou regiões em obras históricas ajuda a reconhecer mais de uma fonte de conhecimento sobre o eixo histórico passado. A elaboração continuada e sistemática do conteúdo histórico local, nacional e mundial exige, portanto, que sejamos capazes de compreender o mundo em que vivemos a partir da compreensão de nossa própria realidade, de encontrar espaços para defender o direito à diferença, mas também de demonstrar elementos culturais específicos de uma determinada sociedade igualmente importantes para o coletivo (VIANA, 2016).

A matéria-prima da história são as relações sociais estabelecidas no transcurso do tempo, ou seja, a história estuda o convívio entre os diferentes grupos sociais, os laços de vinculação da coletividade, as experiências históricas de indivíduos de carne e osso que construíram e reconstruíram suas identidades nos momentos de alegria e de tristeza, de celebração e de conflitos, de dúvidas e certezas (GONTIJO, 2009, p.45).

Para o autor a identidade é uma estrutura social e simbólica dinâmica

porque tem permeabilidade em face do contexto. Nesse sentido, a identidade de um grupo não parece ser conferida de uma vez por todas pela posição particular que seus membros ocupam na sociedade, grupos profissionais ou organizações de qualquer outra natureza. Ele é construído a partir dos eventos que o nutrem e do ambiente que lhe dá forma.

A História de Presidente Kennedy - ES



Olá! Você sabe quando e porque o município se chama Presidente Kennedy?

Você sabia que...

A trajetória histórica da localidade remonta ao ano 1581, quando, vindo do Rio de Janeiro, o padre José de Anchieta construiu uma igreja de madeira na Planície de Muribeca, às margens do Rio Itabapoana. Até então, a região era habitada por índios Puris e Botocudos. Anchieta instalou ainda residência, oficinas, enfermaria, horto, pomar, criadouro de peixe, casa de farinha e usina de açúcar.



1

¹ Imagem disponível em <https://pt-br.facebook.com/PresidenteKennedyEs/photos/foto-antiga-de-presidente-kennedyes-sede-retirada-do-parque-de-exposi%C3%A7%C3%A3o-afonso-/511552322262039/>. Acesso em ago. 2022.

2

A HISTÓRIA DE PRESIDENTE KENNEDY

Dentre os anos de 1694 a 1759, foi construída - por índios escravizados - a Igreja Nossa Senhora das Neves, que se configura como o principal patrimônio histórico de Presidente Kennedy, hoje tombada pelo Conselho Estadual de Cultura e denominada Santuário das Neves. Nesta mesma época, em meados de 1702, a região onde foi construída a Igreja das Neves foi legalizada como Fazenda Muribeca, a qual foi concebida pelos jesuítas para a criação de gado, de modo a se configurar como um importante marco na história local, uma vez que, além de afirmar uma dominação jesuítica, também contribuiu para o delineamento da vocação pecuarista do município. Vale ressaltar que, para além da pecuária, produzia-se cana-de-açúcar, mandioca e pescados, com mão-de-obra indígena e negra.



Esta é a Igreja das Neves construída pelos padres jesuítas no século XVII com ajuda dos escravos e índios catequizados. Um marco do nascimento da cidade.



A Igreja das Neves foi construída em meados do século XVII onde havia a igreja de madeira. Por volta de 1694, com ajuda de índios catequizados e escravos, o novo templo foi erguido. A imagem de Nossa Senhora das Neves veio de Portugal em 1750.

² Imagem disponível em <https://www.presidentekennedy.es.gov.br/uploads/filemanager/Turismo/001a.jpg?1521661252185>. Acesso ago. 2022.

A Fazenda Muribeca, que abrangia o sul do Espírito Santo e norte do estado do Rio de Janeiro, era considerada a maior propriedade pecuarista do Brasil e se configurava como um importante elemento de interação da fronteira Espírito Santo- Rio de Janeiro, de forma a otimizar um trânsito populacional e financeiro constante na região. Em 1759, com a expulsão dos jesuítas, a Fazenda Muribeca foi arrendada a particulares e entrou em decadência, visto que a mão-de-obra, que anteriormente contava com força de trabalho indígena, priorizou o trabalho escravo. A decadência da cultura da cana-de açúcar e a ascensão da cultura cafeeira no século XIX no território capixaba afetaram diretamente a economia da região, cujo solo não era apropriado para o cultivo do café, o que acarretou a exclusão da região do "boom" do desenvolvimento que ocorria no sul do Estado e a consequente desvalorização das terras. Em paralelo, o Espírito Santo iniciava um processo de industrialização, que contemplava boa parte do sul e regiões vizinhas ao território atual de Presidente Kennedy. Foi nesta época que se deu a instalação da Usina Paineiras (atual município de Itapemirim). Este contexto contribuiu para o deslocamento de contingentes populacionais do Rio de Janeiro, sobretudo pobres e negros, atraídos pelas oportunidades de trabalho e acesso a terra, fugindo de um cenário de decadência e crise das grandes fazendas e indústrias cariocas.

Divisão territorial do município de Presidente Kennedy - ES

3



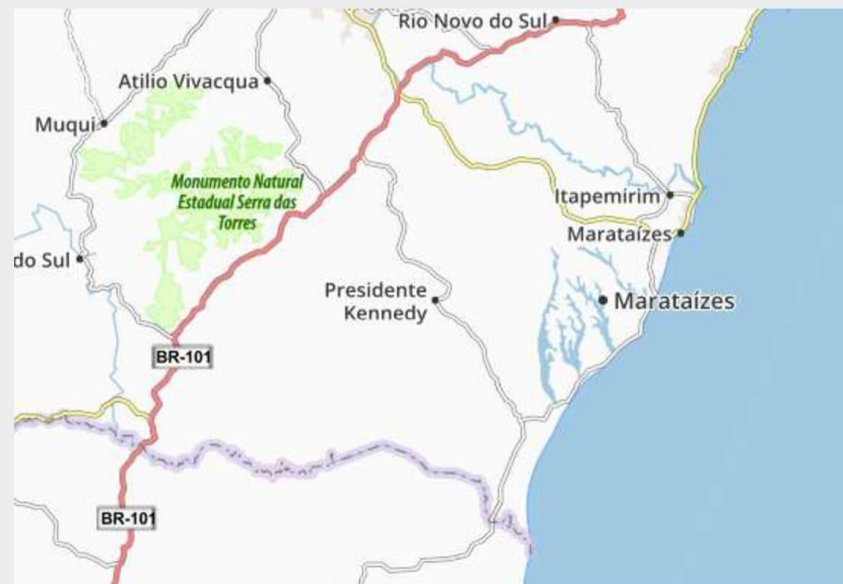
³ Imagem disponível em <https://www.portocentral.com.br/wp-content/uploads/2018/07/Livro-para-o-site.pdf>. Acesso em ago. 2022.

LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO

Quanto à localização do município, Presidente Kennedy está localizado na microrregião denominada Litoral Sul, conforme a divisão regional do estado, Lei nº 9768 de 28 de dezembro de 2011, juntamente a Alfredo Chaves, Anchieta, Iconha, Piúma, Rio Novo do Sul, Itapemirim e Marataízes. Presidente Kennedy possui uma área aproximada de 583,932 km² (IBGE 2016) e uma densidade demográfica de 17,66hab/km² (IBGE, 2010). Em divisão territorial datada de janeiro de 1979, o município é constituído como distrito sede.

De acordo com o IBGE (2021) a população de Presidente Kennedy é de cerca de 11.741 habitantes, cujo adjetivo gentílico é kennedense.

Mapa limítrofe do município de Presidente Kennedy⁴



⁴ Imagem disponível em https://map.viamichelin.com/map/carte?map=viamichelin&z=10&lat=-21.09836&lon=-41.04696&width=550&height=382&format=png&version=latest&layer=background&debug_pattern=*. Acesso em ago. 2022.

RELEVO E CLIMA DO MUNICÍPIO

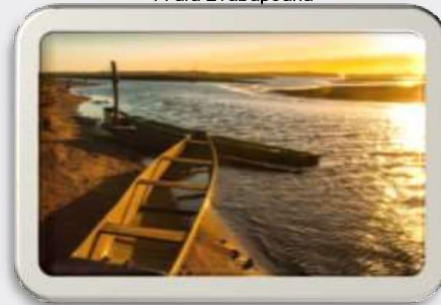
O município de Presidente Kennedy não possui relevo muito acidentado; isto é, seu território não possui grandes montanhas e vales, tem relevo sem desigualdades e sem grandes baixos e altos. O município está situado numa região de clima tropical quente. No verão, ocorrem chuvas fortes e as temperaturas são elevadas. No inverno, o tempo é menos quente e mais seco. Cabendo à meteorologia a previsão do tempo diariamente (NEVES, ROSA, 2012).

Presidente Kennedy é o único município da região Polo Cachoeiro banhado pelo mar. Este é um fator de atração turística para quem chega ao local. São 16 km de litoral que recebem nomes diferentes em duas partes: Praia de Marobá e Praia das Neves, esta última é a última praia da costa do Espírito Santo, antes do estado do Rio de Janeiro. Ela se encerra na foz do Rio Itabapoana. Dunas e a vegetação rasteira são típicas nessa praia (NEVES, ROSA, 2012)

5



Praia Itabapoana



Praia das Neves



⁵ Imagens disponíveis em <https://i.pinimg.com/originals/36/85/4e/36854efc2a28f8a2c675d136c59af0ac.jpg>. Acesso em ago. 2022.

CULTURA E COSTUMES KENNEDENSE

Na cultura kennedense, destacam-se a Folia de Reis e o Jongo, típicos dos negros, mas que se apresentam até hoje, com algumas adaptações, sem perder a essência. Também há a influência das etnias em igrejas locais e em eventos como festa da cidade, procissões e outros.

A alimentação se mostra presente em cocadas, bolos, mingaus, caldos, beijos e outras iguarias que levam a mistura dos povos colonizadores e dos que foram introduzidos na vida escrava.

Grupo de Jongo da comunidade quilombola de Boa Esperança

6



ECONOMIA KENNEDENSE

Conforme Neves e Rosa (2012), a economia de Presidente Kennedy baseia-se na agricultura, como as culturas de: mandioca, cana-de-açúcar e o abacaxi, principais elementos, que o projetam para além de seus limites. Também há a contribuição da pecuária, na criação de gado de corte e leiteiro. As atividades comerciais compreendem o comércio varejista e o comércio atacadista. Finalmente, as atividades financeiras, através de bancos e as atividades industriais e marítimas.

⁶ Imagem disponível em <https://www.presidentekennedy.es.gov.br/uploads/files/encontro-paif-kennedy--2.jpg>. Acesso em ago. 2022.

Cafeicultura - Presidente Kennedy

7



PRINCIPAIS ATIVIDADES ECONÔMICAS

As atividades econômicas do município de Presidente Kennedy concentram-se em seu setor industrial, a maioria da receita municipal provém do pagamento de royalties por exploração de petróleo em parque de extração marinha. As principais atividades rurais, agrícolas são: Pecuária leiteira, Pecuária de Corte e os cultivos de Cana-de-açúcar, Mandioca e Abacaxi.

A área ocupada com pastagens, que são o principal suporte alimentar para as atividades de produção de leite e carne bovina, era de 30.429 ha. O rebanho total de bovinos à época era de 50.858 cabeças com uma produção anual de 17,06 milhões de litros de leite e valor de produção de R\$ 20,47 milhões, ocupando a segunda posição no ranking estadual.



⁷ Imagem disponível em <https://www.presidentekennedy.es.gov.br/uploads/files/whatsapp-image-2021-08-13-at-15-29-21.jpg>. Acesso em ago. 2022.

⁸ Imagem disponível em https://www.presidentekennedy.es.gov.br/uploads/files/cow-2518333_1920.jpg. Acesso em ago. 2022.

⁹ Imagem disponível em <https://www.presidentekennedy.es.gov.br/uploads/files/cana-de-acucar.jpg>. Acesso em ago. 2022.

EDUCAÇÃO KENNEDENSE

Além da economia e turismo elencados pelo município, há uma crescente atuação na área da educação, pois ao que demonstram as pesquisas, o município investe em docentes e discentes, fatores que levam a rede municipal a terceira melhor em resultado de avaliações estaduais, conforme o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB).

Dadir Fricks Jordão Belônia - Dona Dadir, foi professora da primeira Escola de Batalha no período de 1960/1964, sendo a primeira moradora da localidade a ter o status de professora primária, onde por anos exerceu esta função com professoras que vinham de outras cidades para lecionar nesta escola (DUARTE, 2020).

Imagem de Dona Dadir, filhos e sobrinhos.

10



10

Imagem disponível em <https://repositorio.uv.br/bitstream/handle/123456789/1116/LEANDRO%20RISO%20DUARTE.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em 15 ago. 2022.

TURISMO RURAL

O agroturismo é apontado como uma potencialidade a ser trabalhada, pois além do litoral, o interior do município conta com áreas próprias para o turismo rural, como os picos da Serrinha e do Serrote, sendo este o maior pico em terra do município, além das áreas de restinga e reserva natural de Santa Lúcia. Atualmente existe uma propriedade localizada na comunidade rural de Santa Maria que iniciou neste ramo rural e recebe aos fins de semana, pessoas, grupos e famílias que podem contar com alimentação do restaurante do imóvel e desfrutar dos espaços naturais e planejados para os visitantes com direito a banho em piscina natural. Anualmente por ocasião do verão, uma parceria entre as secretarias municipais de Meio Ambiente e a de Turismo, Esporte e Lazer, costuma trazer atrações de circuitos turísticos e eventos como: Caminhada Ecológica passando pelo litoral e pontos da Zona Rural, Visita ao Maciço Rochoso da Comunidade Rural de São Paulo, Trilhas para prática de ciclismo no interior rural do município (INCARPE, 2020-2023).

11

Trilha no Maciço Rochoso da Comunidade Rural de São Paulo



¹¹ Imagem disponível em <https://www.aquinoicias.com/2019/01/sabado-e-dia-de-trilha-no-macico-rochoso-em-presidente-kennedy/>. Acesso em ago. 2022.

CARACTERIZAÇÃO HIDROGRÁFICA DO MUNICÍPIO

O município está inserido na bacia hidrográfica do rio Itabapoana, que serve de limite com o Estado do Rio de Janeiro e seus afluentes, entre os quais se destacam o rio Preto e os córregos Jordão, São Bento, Pesqueiro e Siricória, sendo caracterizados por áreas alagadas ao longo de seus cursos. Ao norte do Município destaca-se o rio Muqui do Norte.

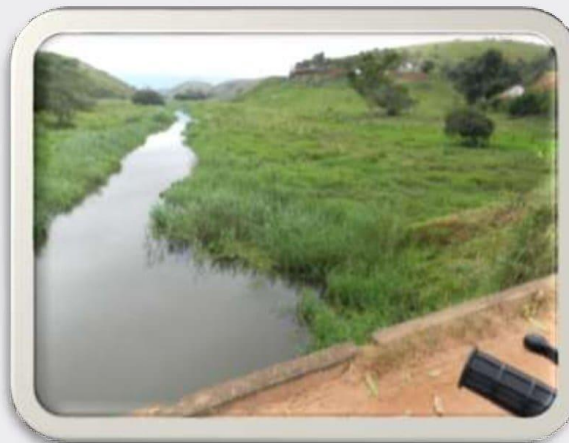
Rio Muqui

12



Rio Preto

13



¹² Imagem disponível em <https://www.ferias.tur.br/imagemcapa/1980-870-320-1-riomuqui.jpg>. Acesso em ago. 2022.

¹³ Imagem disponível em <https://www.mimosoinfoco.com.br/editorias/voce-in-foco/na-rotas-rio-preto-x-presidente-kennedy-um-caminho-alternativo-a-praia/>. Acesso em ago. 2022.

COMUNIDADES QUILOMBOLAS DE PRESIDENTE KENNEDY

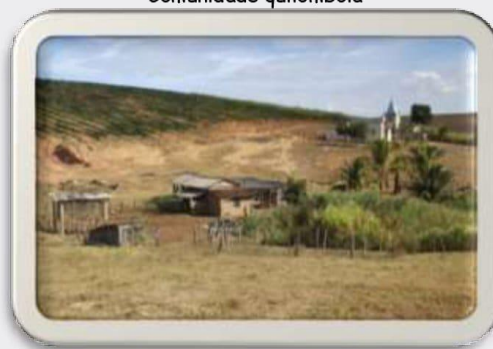
As comunidades quilombolas de Presidente Kennedy, passam por um processo de organização e reivindicações. Existem alguns aspectos históricos sobre a origem da comunidade, mas o mais narrativo e possivelmente verdadeiro é que as terras quilombolas do presidente Kennedy foram doadas a um escravo liberto que serviu bem ao seu senhor ao longo dos anos. Esse liberto tinha cinco esposas morando nas duas comunidades, o que explica o grau de parentesco entre os moradores das comunidades (SILVA, 2020).

As comunidades atualmente possuem cerca de 350 famílias, em torno de 700 habitantes, a infraestrutura das comunidades é simples, a renda gira em torno do excedente da agricultura, da pecuária, dos trabalhos diários (boias-frias, domésticas, entre outros) e serviços públicos.

As comunidades Boa Esperança e Cacimbinha procuram, a afirmação de sua identidade e de seu novo olhar sobre as políticas públicas e das inovações. A relação íntima entre Boa Esperança e Cacimbinha é bem conhecida, ao se observar que embora sejam reconhecidas pela Fundação Palmares como duas comunidades quilombolas distintas, os estilos de vida e as características de ambas se unem em uma só pessoa, o que demonstra até uma falta de conscientização de sua própria identidade, mas em suas conquistas nas políticas públicas, demonstram uma consciência de seus direitos e obrigações, juntamente com uma nova consciência de sua identidade negra (SANTOS, 2020).

Comunidade quilombola

14



¹⁴ Imagem disponível em https://as1.ftcdn.net/v2/img/01/69/64/74/1000_F_169647408_hAzCQisfwwMLER1W5dfbyqYec8wJlOq.jpg. Acesso em ago. 2022.

COMUNIDADE QUILOMBOLA DE BOA ESPERANÇA

A comunidade quilombola de Boa Esperança está localizada na área rural do município de Presidente Kennedy, nas proximidades da praia de Marobá, litoral sul do Espírito Santo. Suas origens vêm de Manoel João, conhecido como Mané João, antepassado que deixou grande descendência e terras para o usufruto de seus herdeiros.

Além do território de Boa Esperança, Manoel João deixou terras e casas, filhos, netos, bisnetos, e tataranetos na comunidade quilombola de Cacimbinha (área denominada Boa Fé) e na comunidade quilombola de Graúna, localizada no município vizinho de Itapemirim. Até hoje, nestas terras de herdeiros as relações de parentesco e amizade entre Boa Esperança, Cacimbinha e Graúna são muito fortes. A memória comum sobre o "pai fundador" é devido às muitas mulheres que teve e às terras e casas de assalho que ele construiu para todas elas.

Sobre a origem de Manoel João, as histórias variam. Alguns acreditam que ele teria chegado à região fugido da Barra do Itapoana, onde havia um porto de desembarque de africanos mesmo após a proibição do tráfico transatlântico de escravizados.

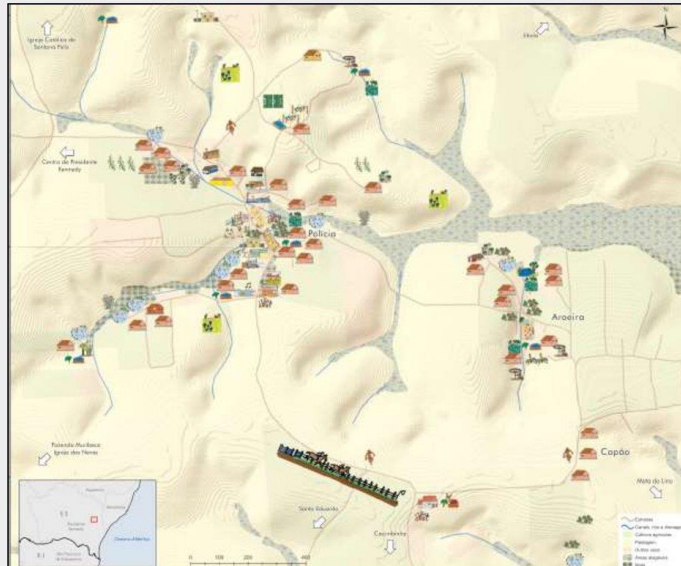
Por isso, alguns de seus descendentes acreditam que ele teria nascido na África. Outros acreditam que ele veio da região de Campos dos Goytacazes. Todos, porém, concordam que ele era um jogueiro velho muito respeitado, bom para todo mundo, muito trabalhador, gostava de lavoura, e que deixou terras livres e férteis para seus descendentes.

Localidade denominada Jiboia, vizinha à Boa Esperança, é tida como a origem do quilombo, sendo ali a primeira moradia de Manoel João e local onde viveram algumas de suas famílias. À época, tratava-se de região de mata fechada e local onde Manoel João fazia o jongo.

No território atual de ocupação, a comunidade de Boa Esperança mantém roças de mandioca, abacaxi, cana-de-açúcar, mamão, maracujá, hortaliças para o sustento das famílias, além de criação de galinhas, gado leiteiro e outros animais. Também como forma de sustento é praticada a pesca e caça,

Disponível em <https://online.fliphtml5.com/xirqv/dxzo/#p=1>.

Mapa Comunidade Quilombola de Boa Esperança



Fonte - Disponível em <https://online.fliphtml5.com/jwdh/ucfc/#p=1>

COMUNIDADE QUILOMBOLA DE CACIMBINHA

A comunidade quilombola de Cacimbinha localiza-se na porção leste do município de Presidente Kennedy, litoral sul do Espírito Santo, nas proximidades da praia de Marobá,

Cacimbinha é parte de um conjunto territorial mais amplo, que inclui a comunidade vizinha de Boa Esperança e, na direção de Itapemirim, alcança a comunidade de Graúna, compartilhando com ambas histórias de descendência comum.

Hoje Cacimbinha e Boa Esperança mantêm a mesma associação quilombola (Associação de moradores quilombolas de Boa Esperança e Cacimbinha). Em 2005, a Fundação Cultural Palmares (FCP) certificou Cacimbinha e Boa Esperança como comunidades auto definidas remanescentes de quilombos, de acordo com o Decreto nº 4887 de 20/11/2003 e a Portaria da FCP nº 39 de 29/09/2005.

Seus territórios são considerados terras de herança garantidas por antepassados que criaram espaços de liberdade na região da antiga Fazenda Muribeca, fundada pelos padres jesuítas no século XVII.

COMUNIDADE QUILOMBOLA DE CACIMBINHA

As terras de herança, de doação, e de santo, são nomes locais que indicam formas de pertencimento e ocupação tradicional do território, segundo os modos próprios da comunidade criar, fazer e viver nesse lugar e ao longo do tempo. A relação dos moradores de Cacimbinha com o território também invoca a memória social sobre o passado escravista, passada de geração. Tais pertencimentos são mobilizados no presente diante daqueles que ameaçam seus territórios tradicionais e práticas culturais, passando orientar ações coletivas em busca de destinos compartilhados.

Disponível em <https://online.fliphtml5.com/xirqv/ewbf/#p=3>.

Mapa da Comunidade Quilombola Cacimbinha



Fonte - Disponível em <https://online.fliphtml5.com/jwdlh/smwX/#p=1>

REFERENCIAS

AZEVEDO, Cecília. Identidades compartilhadas: a identidade nacional em questão. IN: Martha Abreu e Rachel Soihet (orgs.). **Ensino de história: conceitos, temáticas e metodologia**, Rio de Janeiro, Casa da Palavra, 2009.

BITTENCOURT, Circe Maria F. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Secretaria de Educação Básica. Brasília: MEC/SEB, 2018.

CAINELLI, Marlene Rosa. Entre continuidades e rupturas: uma investigação sobre o ensino e aprendizagem da História na transição do quinto para o sexto ano do Ensino Fundamental. Disponível em <https://www.scielo.br/j/er/a/KZTB88qHQt6wFsn4kFCVZ8R/?lang=pt>. 2011. Acesso em mar. 2022.

DUARTE, Leandro Riso. **Dadir Fricks Jordão Belônia: contribuições sociais, educacionais e políticas ao município de Presidente Kennedy/ES**. 72 f.: il. Dissertação (Mestrado Profissional em Ciência, Tecnologia e Educação) - Faculdade Vale do Cricaré, São Mateus - ES, 2020.

FONSECA, Selva Guimarães. **Fazer e Ensinar História**. Belo Horizonte: Dimensão, 2009.

GERMINARI, Geyso. BUCZENKO, Gerson. **História local e identidade: um estudo de caso na perspectiva da educação histórica**. História & Ensino, Londrina, v. 18, n. 2, p. 125-142, jul./dez. 2012. Disponível em <https://www.uel.br/revistas/uel/index.php/histensino/article/view/12593>. Acesso em mar. 2022.

INCAPER. Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural. Coordenação Técnica de Segurança Alimentar e Estruturação da Comercialização. **Programa de Assistência técnica e extensão rural de Presidente Kennedy 2020-2023**. Disponível em https://incaper.es.gov.br/media/incaper/proater/municipios/Presidente_Kennedy.pdf. Acesso em ago. 2022.

NEVES, Luiz Guilherme Santos. ROSA, Léa Brígida Rocha de Alvarenga. **Presidente Kennedy: nosso município**. Gráfica e Editora Formar: Vitória-ES, 2012.

PRIORE, Mary Del. História do cotidiano e da vida privada. In.: **Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia.** CARDOSO, C. F. VAINFAS, R. (Orgs.) Rio de Janeiro: Campus, 1997.

SANTOS, Leonardo dos. **Identidade quilombola: o olhar dos alunos, pais e professores sobre as escolas quilombolas do ensino fundamental em Presidente Kennedy - ES.** 89 f.: il. Dissertação (Mestrado Profissional em Ciência, Tecnologia e Educação) - Faculdade Vale do Cricaré, São Mateus - ES, 2020.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora; CAINELLI, Marlene. **Ensinar história.** SP: Scipione, 2004.

SILVA, Daniela Souza. **Valorizando as Identidades: Raízes da História de Pilões/Vila Neves.** VII Encontro Estadual de História. Feira de Santana, BA. 2016.

SILVA, Vania dos Santos da. **Diagnóstico das dificuldades do ensino de história no que tange à identidade quilombola em Presidente Kennedy - ES.** 83f.: il. Dissertação (Mestrado Profissional em Ciência, Tecnologia e Educação) - Faculdade Vale do Cricaré, São Mateus - ES, 2020.

VIANA, José Italo Bezerra. **História Local.** 1ª Edição. Instituto Superior de Teologia Aplicada - INTA, 2016.

APÊNDICE IV – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP



INSTITUTO VALE DO CRICARÉ



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE CULTURAL DO ALUNO A PARTIR DA HISTÓRIA DO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE KENNEDY

Pesquisador: ANA QUESIA SOUZA DE ALMEIDA

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 60525522.4.0000.8207

Instituição Proponente: INSTITUTO VALE DO CRICARE LTDA

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 5.615.810

Apresentação do Projeto:

Conforme documentação apresentada pela autora, esta pesquisa versa sobre a importância da educação para a formação do indivíduo completo, entendendo o ambiente escolar enquanto um grande contribuinte para a construção do ser social e crítico capaz de elucidar as mudanças recorrentes no mundo contemporâneo.

Dessa maneira a autora afirma que o presente trabalho justifica-se pela necessidade de análise de como esse aluno do 5º ano do ensino fundamental conhece a sua história local e a relaciona com o seu cotidiano de forma crítica. E assim contribuindo para a percepção do discente como sujeito participante do lugar onde vive, propiciando uma

independência na construção de sua identidade e memória social.

O trabalho será dividido em 3 fases:

-Na primeira a pesquisa partirá de uma análise documental de parte da legislação brasileira acerca de organização curricular e de ensino da história, tais como LDB, PCN's e BNCC. Desse modo, a pesquisa será de cunho qualitativo e estudo de caso sendo elaborada a fim de buscar soluções para as principais questões levantadas, assim como, assegurar o alcance aos objetivos propostos.

-A segunda fase da pesquisa acontecerá no âmbito escolar, onde será realizada uma entrevista semiestruturada com professores regentes de três escolas Polos das turmas do 5º do Ensino Fundamental, bem como orientadores pedagógicos e pedagogos da Secretaria Municipal de Educação do município de Presidente Kennedy – ES.

Endereço: Rua Humberto de Almeida Franklin, nº 217
Bairro: UNIVERSITARIO **CEP:** 29.933-415
UF: ES **Município:** SAO MATEUS
Telefone: (27)3313-0000 **E-mail:** cep@ivc.br



INSTITUTO VALE DO CRICARÉ



Continuação do Parecer: 5.615.810

- E a 3ª e última fase: Será construída uma proposta pedagógica sobre os pontos de destaque do município, que auxiliará os professores no aprofundamento/embasamento teórico para o ensino da história local. Ademais, ficará como roteiro que o professor poderá utilizar em suas aulas, para abordar o tema pesquisado

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Principal:

Analisar como a História Local do município de Presidente Kennedy pode contribuir para a construção da identidade, bem como da preservação patrimonial e cultural.

Objetivo Secundário:

Identificar parâmetros nas diretrizes da educação para a inserção e adaptação do currículo municipal de história o estudo da história local;

Analisar como essa história local vem sendo tratada nas turmas do 5º ano do ensino fundamental no município de Presidente Kennedy;

Apresentar uma proposta metodológica – a ser oferecida à Secretaria de Educação e se possível aplicada em nível municipal –respeitando as

propostas da legislação educacionais, seus documentos normativos e o currículo municipal de Presidente Kennedy, voltado para o ensino da história

local para a construção da memória histórica do município.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Quanto aos riscos, o pesquisador utiliza enquanto base legal a Resolução nº 466/2012, toda pesquisa que utiliza seres humanos em sua realização envolve risco em tipos e gradações variados.

Para minimizar este constrangimento, será realizada uma conversa prévia com os professores e alunos que irão participar desta pesquisa, onde possam se sentir mais confortável e a vontade para realizar as perguntas. Sendo assim, em caso de algum desconforto, ou mal estar, a pesquisadora do presente estudo irá encaminhar o participante para o serviço de atendimento médico mais próximo do local da pesquisa.

Benefícios:

Endereço: Rua Humberto de Almeida Franklin, nº 217

Bairro: UNIVERSITARIO

CEP: 29.933-415

UF: ES

Município: SAO MATEUS

Telefone: (27)3313-0000

E-mail: cep@ivc.br



INSTITUTO VALE DO CRICARÉ



Continuação do Parecer: 5.615.810

A autora espera, com esta pesquisa, demonstrar a importância da História Local do município de Presidente Kennedy e assim poder contribuir para a construção da identidade, bem como da preservação patrimonial e cultural e, a partir dos resultados obtidos, apresentar uma proposta metodológica a ser oferecida à Secretaria de Educação e se possível aplicada em nível municipal respeitando as propostas da legislação educacionais, seus documentos normativos e o currículo municipal de Presidente Kennedy, voltado para o ensino da história local para a construção da memória.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

As entrevistas se dará nas três escolas com um total de 16 profissionais. Sendo 7 professores regentes, ou seja, os professores responsáveis pelas turmas, 3 professores de Arte, 3 pedagogos sendo um de cada escola e 3 pedagogos da SEME (Secretaria Municipal de Educação) que atuam como coordenadores gerais pelo Educação Básica do Ensino Fundamental I.

Para melhor organizar a pesquisa, a mesma foi dividida em etapas específicas sendo: a primeira sendo exploratória; a segunda através da sistematização na coleta dos dados; a terceira através da entrevista realizada com os sujeitos da pesquisa por meio de um roteiro elaborado pela pesquisadora; e a quarta a análise e interpretação dos dados coletados. Assim, as referidas etapas para a produção da nossa dissertação estarão divididas em duas fases.

Na primeira fase será realizada através da revisão literária e bibliográfica para aprofundar os conhecimentos sobre o tema de pesquisa e promover uma fundamentação teórica a respeito da temática trabalhada.

Na segunda fase será realizada a entrevista através de roteiro elaborado pela pesquisadora, bem como, a análise, interpretação e discussão dos dados coletados.

Apresenta projeto completo com cronograma, e questionário; autorização das instituições coparticipantes

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

-TCLE;

Endereço: Rua Humberto de Almeida Franklin, nº 217
Bairro: UNIVERSITARIO **CEP:** 29.933-415
UF: ES **Município:** SAO MATEUS
Telefone: (27)3313-0000 **E-mail:** cep@ivc.br



INSTITUTO VALE DO CRICARÉ



Continuação do Parecer: 5.615.810

- Informações Básicas do Projeto
- Projeto Original do estudo proposto com os questionários e cronograma;
- Folha de rosto devidamente preenchida, assinada e carimbada;
- Termo de teste (autorização da instituição coparticipante).

Recomendações:

Sem recomendações

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Sem pendências

Considerações Finais a critério do CEP:

Ressalta-se que cabe ao pesquisador responsável encaminhar os relatórios parciais e final da pesquisa, por meio da Plataforma Brasil, via notificação do tipo "relatório" para que sejam devidamente apreciadas no CEP, conforme Norma Operacional CNS nº 001/13, item XI 2.d.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1958996.pdf	29/06/2022 11:00:32		Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TESTE_termo_termo_.docx	29/06/2022 11:00:03	ANA QUESIA SOUZA DE ALMEIDA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	texto_TESTE_texto_.docx	29/06/2022 10:41:21	ANA QUESIA SOUZA DE ALMEIDA	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	teste_teste_TEXTO_.pdf	29/06/2022 10:37:45	ANA QUESIA SOUZA DE ALMEIDA	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	teste_teste_teste_.pdf	29/06/2022 10:36:44	ANA QUESIA SOUZA DE ALMEIDA	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	TEXTO_TESTE_.pdf	29/06/2022 10:35:48	ANA QUESIA SOUZA DE ALMEIDA	Aceito
Folha de Rosto	teste_rosto_teste_.pdf	29/06/2022 10:32:20	ANA QUESIA SOUZA DE	Aceito

Endereço: Rua Humberto de Almeida Franklin, nº 217

Bairro: UNIVERSITARIO

CEP: 29.933-415

UF: ES

Município: SAO MATEUS

Telefone: (27)3313-0000

E-mail: cep@ivc.br



INSTITUTO VALE DO CRICARÉ



Continuação do Parecer: 5.615.810

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

SAO MATEUS, 01 de Setembro de 2022

Assinado por:
FRANK CARDOSO
(Coordenador(a))

Endereço: Rua Humberto de Almeida Franklin, nº 217**Bairro:** UNIVERSITARIO**CEP:** 29.933-415**UF:** ES**Município:** SAO MATEUS**Telefone:** (27)3313-0000**E-mail:** cep@ivc.br